



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

**Prevenção, preparação e mitigação do risco de desastres
naturais:**

a experiência da Oikos em El Salvador

Andreia Pinho Alves

Orientação: Professor Doutor João Estêvão

Dr. João José Fernandes

Júri:

Presidente: Professor Doutor Vitor Magriço

Vogais: Professora Doutora Iolanda Évora

Professor Doutor João Estêvão

Dr. João José Fernande

Lisboa, Dezembro de 2011

Glossário de Termos e Abreviaturas

ADECOS – Associações de Desenvolvimento Comunitário

AH – Acção Humanitária

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAP – Estudo de conhecimentos, práticas e atitudes

CCAD - Conselho Centro-Americano do Ambiente e Desenvolvimento

CE – Comissão Europeia

CEMIMAT - Centro micro-regional de Informação, Monitorização e Alerta Precoce

CEMIMM - Centro micro-regional de Informação e Monitorização Multi-Ameaça

CEPREDENAC - Centro de Coordenação para a Prevenção de Desastres Naturais na América Central

CRID - Centro Regional de Informação de Desastres para a América Latina e Caraibas

CRRH - Conselho Regional de Recursos Hidráulicos

DGPC - Direcção Geral de Protecção Civil

DGSNET – Direcção Geral do Serviço Nacional de Estudos Territoriais

DIPECHO – *Disaster Preparedness Programme*/ Programa de Preparação de Desastres, da ECHO - Comissão Europeia

ECHO – Departamento da Ajuda Humanitária e Protecção Civil, da Comissão Europeia

EIRD – Estratégia Internacional de Redução de Desastres

FUNSALPRODESE - Fundação Salvadorenha para a Promoção Social e Desenvolvimento Económico

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

NU – Nações Unidas

OCHA – Gabinete das Nações Unidas para a coordenação de assuntos humanitários

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

PD – Preparação de desastres

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCOMES - Associação de Projectos Comunitários de El Salvador

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RRD – Redução do Risco de Desastres

SAP – Sistema de Alerta Precoce

SNET- Serviço Nacional de Estudos Territoriais

SNPC – Sistema Nacional de Protecção Civil

VCAC – Metodologia da vulnerabilidade climática e análise de capacidades

Resumo

Nas últimas décadas tem-se verificado um aumento considerável na frequência e intensidade de desastres naturais. A preocupação daí consequente reflectiu-se na intensificação, desde os anos 70, de reflexões académicas e publicações, resultantes de encontros e conferências, de âmbito nacional e internacional – como as conferências mundiais sobre prevenção de desastres.

Nos anos 90, decretada a Década Internacional para a Prevenção de Desastres, deu-se uma transição de paradigma em relação aos desastres naturais: de uma cultura de reacção a uma cultura de prevenção. A cultura de prevenção, através da gestão de desastres, enfatiza a identificação de ameaças e vulnerabilidades, tendo ainda em consideração o nível de capacidade de resposta à redução do risco de desastres (RRD), para medir o impacto de um desastre.

Neste quadro encontram-se inseridos programas de redução do risco de desastres a nível mundial, que obtêm financiamento através do programa de preparação de desastres, da Comissão Europeia, designado DIPECHO. A Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, a partir de três DIPECHO implementados na micro-região sul, centro e norte de Auachapán (El Salvador), visa promover a consciencialização, responsabilização e comprometimento – tanto a nível político como das comunidades e entidades relativamente à redução do risco de desastres (RRD).

Palavras-chave: Desastres naturais, risco, ameaça, vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais, redução do risco de desastres (RRD), DIPECHO, políticas multi-sectoriais integradas, *empowerment*, resiliência, consciencialização, responsabilização.

Abstract

In the last decades there has been a considerable increase in what concerns about frequency and intensification of natural disasters. Such concern consequence of that reality has been reflected in the intensification, since the 70's, of academic reflections and publications, as a result of meetings and conferences, both national and international – such as the world conferences of natural disasters' prevention.

In the 90's – the International Decade for Disasters' Prevention – there was a change in the paradigm related to natural disasters: from a reaction culture to a prevention one. The last one, through the management of disasters, emphasizes the threats and vulnerabilities identification, as well as it takes into account the level of ability to respond to the disaster risk reduction (DRR), in order to measure its impact.

In this context, there has been included several disaster risk reduction programs, at a global level, which obtain financing from the Disasters Preparation, of the European Commission – the DIPECHO. *Oikos – Cooperação e Desenvolvimento*, through three DIPECHO programs implemented in the southern, centre and northern micro-regions of Auachapán (El Salvador), aims to promote the awareness, responsibility, and commitment, both at political and community levels, relative to the RRD.

Keywords: Natural disasters, risk, threat, social, economic and environmental vulnerabilities, disaster risk reduction (DRR), DIPECHO, multi-sectoral and integrated policies, empowerment, resilience, awareness, responsibility.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor João Estêvão, pela leitura atenta e recomendações.

Ao Dr. João José Fernandes, pelo contributo realizado a este trabalho.

Ao Dr. Ricardo Domingos, pela troca de ideias e sugestões.

À Oikos, pela abertura à realização do estágio, pelo acompanhamento e aprendizagem.

Aos meus pais, pelo apoio, compreensão e paciência.

Aos meus amigos, pelo incentivo. Em especial à Inês, pelo acompanhamento e troca constante de ideias e experiências.

Índice

Glossário de Termos e Abreviaturas	2
Resumo / <i>Abstract</i>	4
Agradecimentos	6
Índice	7
Introdução	10
Capítulo 1: Quadro de análise sobre prevenção, preparação e mitigação de desastres naturais.....	10
1.1 A ocorrência de desastres naturais, um fenómeno global transversal: <i>risco, ameaça e vulnerabilidade</i>	9
1.2 Esforços desenvolvidos no domínio da redução do risco de desastres a nível internacional: Mudança de paradigma para um futuro mais seguro	13
1.2.1 Enquadramento histórico	13
1.2.2 Programas de redução do risco de desastres a vários níveis de intervenção	15
1.3 Estratégias, medidas e ferramentas para gestão de desastres	17
1.3.1 A gestão de desastres, uma metodologia de <i>empowerment</i> das comunidades	17
1.3.2 Fases da gestão de desastres	18
1.3.3 Medidas e instrumentos de RRD.....	19
1.4 Fomento e divulgação de boas práticas para RRD: Pensar hoje num futuro mais seguro	23
Capítulo 2: Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento dedicada à RRD	24
2.1 Programa DIPECHO, da ECHO	27

2.2 DIPECHO em El Salvador	29
2.2.1 Realidade Salvadorenha	29
2.2.2 Implementação de DIPECHO em El Salvador	30
2.2.2.1 DIPECHO I da Oikos em El Salvador	33
2.2.2.2 DIPECHO II da Oikos em El Salvador	35
2.2.2.3 DIPECHO III da Oikos em El Salvador	37
2.2.3 Considerações finais relativas aos DIPECHO executados pela Oikos em El Salvador	39
Conclusão	41
Bibliografia	44
Anexos	49

Introdução

A redução do risco de desastres (RRD), uma estratégia relativamente recente que surgiu na Década Internacional de Redução de Desastres (anos 90) revela-se, desde então, uma política de planeamento, gestão e ordenamento do território que, através da adopção de medidas preventivas e de mitigação dos riscos, zela pela segurança e resiliência das comunidades mais vulneráveis a médio/longo prazo perante a ocorrência de desastres naturais.

Face à crescente frequência e impacto de tais eventos nas comunidades, torna-se premente a divulgação de metodologias, ferramentas, lições aprendidas e boas práticas, resultados e recomendações a partir da experiência, um dos objectivos das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), após a execução de um projecto de RRD. Deste modo, através do presente relatório, pretende-se contribuir para o trabalho desenvolvido pela Oikos na sistematização de ferramentas e metodologias no domínio da RRD.

Assim, o objectivo principal deste trabalho centra-se na verificação da eficácia da metodologia e modelo adoptados pela Oikos na RRD e, verificando-se um modelo de sucesso, a possibilidade da sua replicação. Para tal pretende-se, em primeiro lugar, compreender o fenómeno da vulnerabilidade e os factores que lhe estão associados, estudar os mecanismos utilizados para implementação de um modelo adoptado de mitigação do impacto de vulnerabilidades e, em segundo lugar, analisar o modelo implementado pela Oikos em El Salvador, bem como sistematizar ferramentas e metodologias de RRD.

A metodologia deste Trabalho Final de Mestrado (TFM) consistiu, numa primeira fase, na consulta bibliográfica de livros e artigos de referência que abordam o tema de forma elucidativa, para elaboração do enquadramento teórico ao tema e, numa segunda parte, na revisão de documentos da Oikos (publicações, guias práticos, manuais de apoio e projectos) para análise dos projectos desenvolvidos em El Salvador.

O TFM encontra-se organizado em dois capítulos. No primeiro, “Quadro de análise sobre a prevenção, preparação e mitigação de desastres naturais”, são apresentados conceitos de RRD, é apresentado o enquadramento histórico e são analisados os

programas de RRD a vários níveis de acção, as estratégias e ferramentas adoptadas na gestão do risco de desastres e, por último, a divulgação de boas práticas.

No segundo capítulo, “Oikos-Cooperação e Desenvolvimento, uma ONGD dedicada à RRD”, é apresentada a Oikos e as suas áreas de intervenção. Seguidamente, são analisados os programas de RRD, denominados DIPECHO, aplicados à realidade salvadorenha. E, por último, a partir da análise de três projectos desenvolvidos pela Oikos, foram tecidas algumas considerações finais.

Capítulo 1

1. Quadro de análise sobre prevenção, preparação e mitigação de desastres naturais

1.1 A ocorrência de desastres naturais, um fenómeno global transversal; risco, ameaça e vulnerabilidade

“O homem transforma riscos naturais em Catástrofes”¹

A frequência e intensidade dos desastres naturais tem assumido uma proporção fortemente crescente à escala mundial nas últimas décadas, afectando tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento². Num período de cerca de 30 anos o número de desastres naturais passou de 1.280 para 3.435³. Estes devem ser entendidos como “interrupções sérias de funcionalidade das comunidades, na sequência de um evento natural perigoso, responsável por perdas humanas, materiais ou ambientais significativas, que excedem a capacidade da comunidade afectada em recuperar com base nos seus próprios recursos”⁴.

¹ Grédoire Allix (2010), *Le Monde*

² Ver **Anexos I e II**, que sintetizam a ocorrência de desastres naturais no mundo, bem como os eventos extremos mais frequentes em cada região

³ Comissão das Comunidades Europeias, (2009)

⁴ Zêzere (2007), P.59 in ISDR (2004)

Um dos entraves na compreensão e avaliação do risco foca-se na divergência conceptual existente neste domínio. Uma primeira abordagem⁵ do modelo conceptual de risco considera fundamentais os elementos: *perigosidade*, *vulnerabilidade* e *risco*. Uma segunda abordagem⁶ argumenta que a perigosidade, sendo uma variável da ameaça, não se revela um elemento essencial de análise, destacando, por isso, **o risco**, a **ameaça** e a **vulnerabilidade** como elementos centrais de análise de risco.

Para a análise conceptual do risco, é considerado mais adequado o segundo discurso referido, o qual é tido em consideração na análise dos projectos implementados pela Oikos em El Salvador.

O **risco** é identificado como a “probabilidade de ocorrência de danos e/ou perdas sociais e económicas. Pode ser expresso por uma ameaça e a existência de condições de vulnerabilidade⁷”. A **ameaça**, por sua vez, “corresponde à probabilidade de um fenómeno natural ou causado pela acção humana decorrer num determinado tempo e região⁸”. Por último, a **vulnerabilidade** “corresponde ao conjunto de condições sociais, culturais, ambientais, económicas e produtivas, nas quais a população se encontra para enfrentar uma ameaça⁹”. Enquanto que a ameaça é considerada um factor externo de foro natural, a vulnerabilidade é um factor intrínseco causado pelo surgimento de ambientes sociais vulneráveis expostos às ameaças. A determinação do risco exige considerar a combinação de três factores na redução do risco de ocorrência de desastres: a **ameaça** e a **vulnerabilidade** e a **capacidade das comunidades**.

$$\text{Risco} = \frac{\text{Ameaça} \times \text{vulnerabilidade}}{\text{Capacidade}}$$

Fonte: Guimarães, Roberto *et all* (2006:11)

⁵ Defendida por investigadores do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nomeadamente José Luís Zêzere e Paulo Granjo, respectivamente, e ainda outros investigadores a nível internacional.

⁶ Defendida por investigadores da Universidade Federal de Santa Catarina-Brasil, da Fundação Universitária Ibéro-Americana, da Universidade Federal da Bahia.

⁷ ARAÚJO, Carlos *et all* (2008:2)

⁸ ARAÚJO, Carlos *et all* (2008:2)

⁹ ARAÚJO, Carlos *et all* (2008:2)

Os factores que contribuem para a vulnerabilidade das comunidades, por sua vez, são distintos e a sua identificação é crucial para a adopção de medidas preventivas com incidência eficaz na mesma. A vulnerabilidade concerne essencialmente ao estado de desenvolvimento económico e social das comunidades em questão: envolve diversos factores que, conjugados com a ameaça, se revelam potenciadores de risco - o baixo nível de IDH, a ausência ou escassez de infra-estruturas de protecção às alterações climáticas, a falta de acesso ao seguro formal, falhas nos mecanismos institucionais, um sistema de sensibilização e informação para riscos, falta de divulgação e informação e formação, tanto de técnicos como comunidades, processos desadequados de desenvolvimento – nomeadamente através da implementação de políticas desajustadas de ordenamento de território.

A metodologia de RRD incide fundamentalmente na actuação nos parâmetros **vulnerabilidade** e **capacitação**, através da adopção de medidas preventivas de carácter formativo e de divulgação de conhecimento e boas práticas a nível local. A ameaça, ocorrendo de causa natural, não é controlável pelo homem.

A redução de desastres, enquanto medida inovadora de carácter preventivo, implica “reduzir os riscos, as vulnerabilidades e minimizar ao máximo a exposição das populações às ameaças”¹⁰. O grau de vulnerabilidade, bem como o grau de preparação das comunidades são determinantes na redução e exposição a ameaças e vulnerabilidades. Estes dois factores conjugados minimizam a escassez de recursos, a pobreza e o sofrimento humano. A RRD requer uma coordenação mais forte a todos os níveis, conjugação de esforços e uma abordagem pro-activa que envolva conscientemente a comunidade nas estratégias integradas de redução de risco. A redução da vulnerabilidade aos desastres é considerada uma medida importante para o desenvolvimento sustentável e é transversal a políticas de adaptação às alterações climáticas, redução de pobreza e segurança alimentar, repercutindo-se no desenvolvimento económico e social das regiões mais pobres.¹¹

¹⁰ Costa (2008:29)

¹¹ Estrela (2010:2)

1.2 Esforços desenvolvidos no domínio da redução do risco de desastres a nível internacional: Mudança de paradigma para um futuro mais seguro

1.2.1 Enquadramento histórico

Os factores **população** e **desenvolvimento**¹² foram, desde cedo, discutidos por filósofos, pensadores e economistas, desde o século XVI ao século XVIII pelos mercantilistas e, posteriormente, por economistas clássicos, transparecendo preocupações com questões ambientais.¹³

Enquanto Adam Smith defendia uma relação positiva entre estes dois factores, Malthus, através da publicação do *Ensaio sobre a população*, em 1798, considerava o crescimento populacional desencadeador de pobreza¹⁴. Malthus, analisando a relação população - recursos, conclui que o crescimento populacional seria mais acelerado que o ritmo de crescimento de produção de alimentos¹⁵, comprometendo estes a subsistência e, por isso, o desenvolvimento. Apesar de se ter revelado uma teoria consistente, a mesma não teve em consideração progressos técnicos aplicados à agricultura e o processo de urbanização causado pela industrialização, por se tratar de um período antecedente a tais progressos. Já em período de Revolução Industrial, o problema centrou-se no progresso tecnológico, destacando as consequências da industrialização, nomeadamente do uso insustentado e indevido dos recursos, contribuindo para a crescente degradação ambiental.

As décadas de 70 e 80 assinalaram o início da preocupação generalizada sobre questões de sustentabilidade ambiental. Tal período foi crucial pela multiplicação de estudos científicos em vários domínios e marcado pelo reconhecimento das dimensões políticas e sociais das alterações climáticas. Reconhecendo-se que o Estado, por si só, deixa de ter capacidade de resposta eficaz e eficiente à exposição ao risco, as ONG começaram a actuar nesta área, procurando colmatar lacunas estatais.

¹² Inicialmente abordados como sendo a problemática **população - recursos**

¹³ Tabutin, D, Thiltges, E (1992)

¹⁴ Alves, José *et all* (2008:1)

¹⁵ Pois enquanto que o primeiro tem uma progressão geométrica, o segundo tem uma progressão aritmética

Desde então desenvolveram-se diversos encontros para reflexão, discussão, partilha, produção de conhecimento e adopção de metodologias nesta área, dos quais são destacados:

1. 1ª Conferência Mundial sobre o meio ambiente, na Suécia em 1972;
2. “Uma nova ordem humanitária internacional” definida pela ONU, em 1982¹⁶;
3. 1990-1999 decretada a Década Internacional para a Prevenção de Catástrofes Naturais¹⁷;
4. 1ª Conferência mundial sobre prevenção de desastres, em 1994, em Hokohama, no Japão, permitiu repensar o problema do risco e deu o primeiro passo para a criação de uma Política de Redução de Desastres a nível internacional;
5. Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD) criada em 1999¹⁸;
6. *Projecto Esfera* (2005), uma iniciativa de um grupo de agências humanitárias visando controlar e aumentar a qualidade, eficácia e estratégia da Ajuda Humanitária¹⁹.
7. **Declaração de Hyogo²⁰** e o seu **Quadro de Acção 2005-2015**, aprovada por 168 Estados-membros em Kobe-Japão, na Conferência Mundial sobre prevenção de catástrofes²¹. No Quadro de Acção estabelecido nesta conferência foram delineados

¹⁶ Visando fortalecer a Acção Humanitária, tendo resultado na criação da Comissão Independente sobre as questões humanitárias internacionais, para reforço e envolvimento das ONG e Estados

¹⁷ Tendo em vista aprofundar a consciencialização da sociedade civil e das comunidades e incentivar a cultura de prevenção devido ao peso económico, social e ambiental que até então os desastres tinham assumido.

¹⁸ Que permitiu delinear um enquadramento mundial permanente de coordenação e promoção da redução do risco.

¹⁹ O projecto é muito generalista, pelo que precisa de ser readaptado às necessidades e especificidades locais.

²⁰ Que enfatiza a estreita ligação entre a redução de desastres, a redução da pobreza e desenvolvimento sustentável e incentiva a cultura de prevenção, a todos os níveis. Esta destaca ainda o papel do sistema da ONU na RRD.

²¹ Este é um ponto de referência para a implementação de políticas RRD a vários níveis com um Plano de Acção de 10 anos, funcionando como instrumento de gestão territorial e planeamento que assegura a utilização sustentável do território e promove a capacidade de resiliência das populações face aos desastres. A partir de então os países têm vindo a constituir a sua Plataforma Nacional para Redução de Catástrofes, em coordenação com outras entidades, reforçando a qualidade de monitorização dos projectos desenvolvidos neste âmbito.

objectivos específicos, resultados a alcançar e prioridades de acção²². O ano de 2005 constituiu, assim, um marco no contexto das alterações climáticas.

8. 2ª Conferência Mundial da Plataforma Internacional de RRD²³;

9. Para partilha de boas experiências, informações e conclusões, o Secretariado da EIRD das Nações Unidas promoveu o lançamento bianual do Relatório Global de Avaliação da RRD, primeira publicação em 2009;

Os anos 90 constituíram um marco na transição de paradigma,²⁴ de uma **cultura de reacção** para uma **cultura de prevenção**, que valoriza a RRD e aumenta o grau de comprometimento face à RRD, apostando na prevenção e mitigação de riscos.

Tais iniciativas fortalecem os programas de promoção de RRD, reforçam a coordenação a vários níveis, salientam a importância do *empowerment* das comunidades e permitem partilhar experiências tendo em vista a replicação mundial, especialmente nas áreas geográficas mais vulneráveis à ocorrência de fenómenos naturais extremos. Neste cenário, outros instrumentos internacionais funcionam também como ferramentas de RRD em prol do desenvolvimento sustentável e redução da pobreza como a Agenda 21, o protocolo de Kyoto, a Declaração do Milénio das Nações Unidas (NU) e o Plano de Implementação de Joanesburgo.

1.2.2 Programas de redução do risco de desastres a vários níveis de intervenção

No contexto da crescente preocupação com o impacto dos desastres em todo o mundo foram estabelecidas e implementadas políticas a nível internacional e programas de alcance regional, desenvolvendo uma estrutura geral de sensibilização que promove o reforço das capacidades regionais em RRD. Estes programas funcionam como ferramenta de governação, cujas parcerias entre Estados, Entidades nacionais e locais, públicas e privadas são um pilar-chave no estabelecimento de sinergias,

²² Consulte o **Anexo V**, que apresenta os objectivos estratégicos, resultados esperados e prioridades defendidas no Quadro de Acção 2005-2015 da Declaração de Hyogo

²³ Focada no tema “Investir hoje para um amanhã mais seguro”, onde se partilharam e discutiram lições e boas práticas de RRD a partir de experiências.

²⁴ A Ajuda Humanitária foca-se na prestação de auxílio às vítimas de catástrofes enquanto a adopção de medidas de RRD actuam num prisma mais holístico e causal, actuando na preparação e capacitação das populações mais vulneráveis de modo a torná-las mais resilientes. Assim evitam-se alguns desastres através de medidas preventivas, outras através da minimização do risco.

desenvolvimento de mecanismos de coordenação e facilitação da implementação do Quadro Geral de Acção de Hyogo a diferentes escalas.

A União Europeia assumiu o compromisso²⁵ de apoiar a política e acções no âmbito de RRD nos países em desenvolvimento, nomeadamente através do financiamento, via ONG, de projectos de RRD. A estratégia da UE nesta área proporciona uma orientação estratégica focada em questões de coerência das políticas²⁶, eficiência e eficácia da ajuda²⁷, troca de boas práticas e combate à duplicação de esforços.

No caso da América Central destaca-se o *Centro de Coordenação para a Prevenção dos Catástrofes Naturais na América Central* (CPREDENAC), um organismo inter-governamental que visa, por um lado, promover o desenvolvimento de organismos que investam fortemente na investigação e divulgação de informação e conhecimento relativos a estes conteúdos e, por outro, promover a capacitação local e coordenação a vários níveis, através do fortalecimento de Sistemas de Nacionais de Gestão de desastres e do recurso a acções multisectoriais e institucionais para implementação de políticas de gestão e redução de riscos.

Em El Salvador, a entidade-chave que concerne a RRD é o Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC). Este foi reestruturado em 2005 através da Lei de Protecção Civil e de Prevenção e Mitigação de Desastres²⁸, definindo objectivos focados na RRD como caminho para o desenvolvimento sustentável, fundamentalmente através da informação, educação, envolvimento e *empowerment* da população em matéria de RRD.

Reconhecida a complexidade dos fenómenos que pretendemos enfrentar, é crucial investir em políticas multisectoriais e multidisciplinares de modo a responder abrangente e estruturalmente às necessidades à escala a que se esteja a trabalhar.

²⁵ Em 2005 no Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, reforçado em 2007 com o Consenso Europeu no domínio da Ajuda Humanitária

²⁶ É uma área recente ainda pouco explorada em Portugal. Esta visa identificar e minimizar as incoerências das políticas no quadro da política de Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia e do CAD-OCDE de modo a que as políticas sectoriais não condicionem a redução da pobreza e o desenvolvimento.

²⁷ Destacadas nas metas da Declaração de Paris (2005) e na Agenda de Acção de Accra (2008)

²⁸ Ver **Anexo VI**, que apresenta os objectivos do SNPC aprovados em 2005

1.3 Estratégias, medidas e ferramentas de gestão de desastres

"Não proponho respostas assentes em tecnologias muito avançadas nem o regresso a um mundo mais simples. Apenas propomos que compreendamos melhor os perigos, porque somos vulneráveis, quais são os riscos e, baseado nisso, prepararmo-nos e evitar mais responsabilmente os desastres naturais" Sálvano Briceño²⁹

1.3.1 A gestão de desastres, uma metodologia de *empowerment* das comunidades

Com a transição de uma **abordagem de resposta a emergências** para uma cultura de prevenção assente na **gestão do risco**, verifica-se uma mudança de foco: os desastres naturais deixam de ser compreendidos como forças naturais e passam a ser interpretados como consequência de falhas no processo de desenvolvimento.

A gestão do risco de desastres é “um processo sistemático de implementação de políticas, estratégias e medidas para reduzir o impacto de ameaças naturais e desastres ambientais e tecnológicos. Incorpora a redução do risco de desastres, preparação, resposta, reconstrução e reabilitação”³⁰. Deste modo, visa-se a **redução das vulnerabilidades** e o **reforço da capacidade de resposta das comunidades**.

Neste processo é utilizada a **metodologia participativa** da Vulnerabilidade Climática e Análise de Capacidade (VCAC)³¹, assumindo as comunidades um papel central na identificação de vulnerabilidades, desenvolvimento de estratégias e divulgação. Para tal, são criados grupos de trabalho que articulam conhecimentos da população local com conhecimentos científicos, de modo a compreender e adaptar (minimizando) os impactos locais dos riscos, principalmente dos mais vulneráveis, sendo desenvolvida a capacidade adaptativa. Para além das comunidades, há outros factores que assumem um papel facilitador na adaptação às alterações climáticas como as instituições locais e nacionais, as crianças, como agentes activos de mudança e a adequação das infra-estruturas.

²⁹ in http://www.publico.pt/Sociedade/relatorio-da-onu-alerta-para-a-reducao-do-impacto-das-catastrofes-naturais_168482

³⁰ Prasad, Neeraj (2009:142), traduzido pela autora

³¹ Esta metodologia permite que a população tome conhecimento dos riscos, ameaças e vulnerabilidades. A partir destas são definidas metodologias, ferramentas e actividades enquadradas nas estratégias e programas de RRD orientadas para a aprendizagem participativa com base na comunidade.

Para a gestão do risco de desastres são ajustadas estratégias de preparação, prevenção e mitigação de riscos para adaptação às alterações climáticas. Se, por um lado, as mudanças climáticas globais contribuem significativamente para o aumento de ocorrência de fenómenos extremos de origem hidrológica e climática, sendo possível apenas atenuar o impacto através de medidas preventivas, por outro, os eventos extremos de origem geodinâmica interna como erupções vulcânicas e sismos estão associados ao aumento da vulnerabilidade das comunidades, especialmente em zonas litorais e concentrações urbanas, sendo possível a mitigação através de um planeamento adequado no uso e ocupação do solo. A diversidade de causas dos eventos extremos exige uma preparação e resposta adequada, de acordo com os riscos prementes e a realidade envolvente. Para tal, é indispensável que sejam identificadas **zonas de risco**, bem como as **vulnerabilidades** mais prementes a nível social, económico e ambiental nas zonas e comunidades expostas, de modo a mitigar os efeitos dos fenómenos apropriadamente. Assim, a análise de **vulnerabilidade das comunidades**, a **avaliação dos riscos**, bem como o **reforço da capacidade de gestão**, passaram a constituir factores-chave para determinar o impacto dos desastres, assim como o modo de os prevenir e mitigar.

1.3.2 Fases da gestão de desastres

O ciclo de **gestão de desastres** é tão abrangente que abarca **três fases temporais**: o momento antecedente, durante e após a ocorrência do desastre natural, durante as quais são adoptadas diversas medidas e instrumentos. A gestão de desastres é constituída por **8 fases**:

Anteriormente à ocorrência do desastre:

1. A **prevenção**, que procura evitar o acontecimento do evento extremo, nomeadamente através da recolha e análise de dados, avaliação e redução de riscos e redução da vulnerabilidade;
2. A **mitigação**, que consiste em reduzir a severidade e probabilidade de futuros desastres, reconhecendo que muitas vezes não é possível evitar a ocorrência;
3. A **preparação**, desenvolvendo uma estrutura com capacidade de resposta, de modo a prevenir um desastre natural. Nesta fase aposta-se na formação e preparação para a emergência através da monitorização, alerta e plano de evacuação;

Durante a ocorrência do desastre;

4. O **Alerta**, que permite informar as comunidades do que está a ocorrer;

Após a ocorrência do desastre;

5. **Resposta de emergência** face à ocorrência através do salvamento e auxílio às populações;
6. (6) **Reabilitação** das comunidades e (7) **Reconstrução** de infra-estruturas, sendo que ambos incidem essencialmente na reparação e funcionalidade de infra-estruturas³² e condições de vida das populações;

8. **Desenvolvimento**; O *continuum* emergência – reabilitação – prevenção e preparação de desastres é um contributo para o desenvolvimento sustentável. No entanto, as próprias intervenções de desenvolvimento das mais variadas áreas devem prever estratégias de RRD³³. A chave do desenvolvimento sustentável foca-se na transversalidade das acções de RRD no desenvolvimento.

1.3.3 Medidas e instrumentos de RRD

A **RRD**, uma das constituintes da gestão de desastres, incide no período **que antecede à ocorrência** de desastres – fase de **prevenção, mitigação e preparação**, - a qual assume especial enfoque visto constituir um novo paradigma no combate às calamidades naturais através da minimização dos riscos e resiliência das comunidades³⁴.

1 - A RRD inicia o seu processo a partir da **análise do perfil da comunidade**, ou seja, da percepção da natureza, fraquezas, recursos, infra-estruturas, envolvimento da

³² Sendo que esta fase tanto poderá ocorrer na ordem apresentada como dar-se em primeiro lugar, sendo desencadeadora da gestão de desastres

³³ Por exemplo, através da incorporação do mapeamento de risco na projeção de um sistema de irrigação torna-se possível indentificar a ocorrência de deslizamentos de terra (que ponham em risco as infra-estruturas) ou ainda analisar se o investimento nas infra-estruturas é adequado (se é, por exemplo, à prova de clima)

³⁴ Ver **Anexo VII**, gráfico que apresenta as várias fases e medidas adoptadas em cada uma das fases, nomeadamente no período antecedente à ocorrência

comunidade, a partir de elementos que determinam o grau de sustentabilidade da comunidade, como o contexto em que vivem as pessoas mais pobres, estruturas institucionais e estratégias de vida.

2 - Posteriormente, de **carácter preventivo**, é realizada a **avaliação dos riscos** ao nível da comunidade. Para tal, são identificados riscos (de ocorrência de desastres), realizados **mapeamentos de riscos**, é feita a avaliação das capacidades e percepção, caracterização e avaliação dos riscos por parte da comunidade. A avaliação de riscos “é um pilar central no quadro da gestão do risco de desastres. Os riscos dependem da frequência e severidade dos perigos, das pessoas e estruturas expostas aos perigos e da vulnerabilidade.”³⁵ A avaliação de riscos é determinada por uma análise histórica dos desastres, a par de modelos probabilísticos para calcular o impacto de um evento extremo a vários níveis. Para isso é relevante ter em consideração o modo como se monitorizam os vários desastres³⁶. O mapa de riscos, por sua vez, é uma ferramenta de RRD que transpõe a susceptibilidade natural em termos espaciais de ocorrência de um evento com potencial para provocar danos.

3 - Actuando ainda na vertente de **prevenção**, mas agora **ao nível da comunidade**³⁷, realiza-se o planeamento do risco a nível comunitário. Para redução dos riscos são adoptadas medidas preventivas, as quais visam reduzir o impacto dos desastres, de modo a minimizar as consequências em termos económicos e sociais através da adaptação aos riscos identificados e adequando a construção de infra-estruturas em zonas mais seguras, caso se trate de um desastre de origem hidrológica ou climática. O mesmo não acontece com eventos de origem geodinâmica interna. As referidas medidas

³⁵ Prasad, Neeraj (2009:142)

³⁶ **Ciclone tropical** é monitorizado através da previsão meteorológica sinóptica ou seja, em grande escala no terreno; **Seca** – Acompanhamento do Modelo Climático de grande alcance territorial e temporal; **Terramoto** – Medição geodinâmica da tensão acumulada; **Cheias** – Através da medição e acompanhamento da pluviosidade local; **Tempestade** – Verificação do estado do mar e medição da velocidade do oceano e ventos; **Tornado** – Monitorização da meteorologia local; **Deslizamento de terras** – Observação da precipitação, humidade do solo e estabilidade das zonas costeiras; **Temperaturas elevadas**- emissão de gases para a atmosfera e deslocação de terras

³⁷ Processo de planeamento de RRD baseado na comunidade de risco mais detalhado, ver Anexo VIII. Segundo Yomani, o envolvimento da comunidade divide-se em duas fases: uma primeira considerado envolvimento externo (durante o qual a actuação é externa à comunidade), e uma segunda em que o envolvimento da comunidade assume um papel crucial.

preventivas podem ser estruturais (obras) ou não-estruturais (planeamento do território de acordo com a definição das áreas de risco).

Nesta fase são identificadas também medidas para preparação e mitigação de RRD e definido o plano para redução de riscos, que recorre à utilização de **equipamento sofisticado via satélite, planos de contingência**³⁸ e do **sistema de alerta precoce** (SAP). No caso dos projectos da Oikos em El Salvador, o equipamento via satélite permite uma monitorização constante, actualizada, permanente e com grande abrangência geográfica. Está ligado ao sistema de comunicações, instituições e laboratórios e permite obter imagens de previsões meteorológicas, indicando fragilidades. O SAP, por sua vez, é um sistema de resposta rápida no domínio de RRD que visa minimizar as consequências da ocorrência através do processamento, transmissão e informação antecipada de potenciais ocorrências. Permite ainda tomar decisões quanto ao nível de risco, sendo accionados planos de contingência. Quando justificado pelo nível de alerta e caso esteja previsto nos planos de contingência, procede-se à evacuação para centros de acolhimento temporário.

Em termos organizacionais, o SAP é coordenado pela Direcção Geral de Protecção Civil e do Serviço Nacional de Estudos Territoriais (SNET). A nível microregional resulta nas Comissões Departamentais da Protecção Civil, Associações Micro-regionais e o Centro de Alerta Precoce e, por último, a nível municipal e local as Comissões Municipais de Protecção Civil, que pertencem a uma rede de monitorização multi-ameaças, com o SNET³⁹.

Por último, aposta-se ainda em simulacros e treinos da comunidade das várias instituições a vários níveis, *workshops*, conferências e tertúlias focadas em RRD.

³⁸ Os **Planos de Contingência** são documentos anuais que “têm como objectivo a identificação das actividades a realizar a todos os níveis, orientação e mobilização de população nas zonas de risco, como forma de prevenir, reduzir o risco e mitigar as consequências das calamidades (cheias, ciclones e secas). (...) Contêm possíveis cenários em caso de desastre, dependendo da sua natureza, grupos de risco e medidas de preparação para minimizar os efeitos do evento. A coordenação e execução do plano de contingência são feitos em colaboração com os diferentes sectores nacionais e provinciais, e com a participação de diversas entidades.” Abdula (2005:11)

³⁹ CEMIMAT (2008:4)

4 - Implementação do plano de acção para redução de riscos, delineado com a comunidade e aplicado pela mesma que, em parceria de diversas entidades, **monitorizará** o processo.

5 - Avaliação e *feed-back*. A avaliação incide na redução de vulnerabilidades da comunidade. Neste âmbito, a Oikos realiza uma primeira avaliação no final do projecto através do CAP (Estudo de conhecimentos, práticas e atitudes).

A redução de riscos, dada a complexidade e variabilidade de riscos, requer uma abordagem multidimensional e arranjos institucionais inovadores. Sucintamente, o processo passa pela **identificação** do processo geológico (porque e como ocorre), o modo como o solo se encontra ocupado, deve **prever-se** onde e quando se dão ocorrências (a partir da análise e mapeamento) e, por último, **prevenir** através de obras, readaptações de estruturas e acções da Protecção Civil e outras entidades de RRD a nível municipal.

Para que as comunidades se tornem mais resilientes, há características que deverão estar presentes, como infra-estruturas fortes, adequadas, cuja localização tenha em conta os mapas de risco e com suficientes mecanismos de redundância⁴⁰, políticas de desenvolvimento articuladas a nível local, boa governação, investimentos acrescidos, rede de parcerias nacionais e internacionais, capacidade institucional adequada para prestar serviços de qualidade de modo equitativo, investimento no conhecimento e *empowerment* da população e sociedade civil e rápida e eficiente capacidade de resposta perante desastres. Por último, é indispensável apostar em três directrizes-chave: actualização sistemática do conhecimento, investimento planeado e construção de modo seguro.

Em suma, “uma sociedade só está segura quando além de viver na Terra, tenha aprendido a viver com ela. As estratégias de redução de riscos de desastres serão bem sucedidas quando os governos e a sociedade civil compreenderem que os desastres são mais do que um acontecimento fortuito, que constituem uma falha de previsão da sua parte e demonstram a própria negligência.”⁴¹

⁴⁰ Como os sistemas de abastecimento de água ou de saneamento básico.

⁴¹ Programa Delnet (2006), *in* International Training Centre, P.7

1.4 Fomento e divulgação de boas práticas para RRD: pensar hoje no futuro

“A sabedoria não se constrói através da memória do nosso passado mas através da responsabilidade pelo nosso futuro” George Bernard Shaw⁴²

Tendo implementadas políticas que criem um ambiente que potencie o desenvolvimento humano, os governos locais assumem um papel crucial na criação de mecanismos de construção de resiliência das comunidades. As políticas de abordagem *top-down* revelam-se mal-sucedidas do domínio de RRD. Por sua vez, as políticas *bottom-up* resultam em maior aceitação por parte da comunidade, uma vez que nestas a comunidade é envolvida em todo o processo, sendo reforçadas as capacidades locais face às vulnerabilidades identificadas. A comunidade funciona como recurso-chave para a RRD.

A aprendizagem a partir da experiência de outras regiões permite delinear um plano de acção estratégico próprio. Segundo o Instituto ILO⁴³, devem ser reforçadas as capacidades locais, fortalecida a participação multi-sectorial e valorizados os recursos endógenos. A cultura de prevenção, articulada entre actores e instituições locais e assenta em três eixos essenciais: o **conhecimento**, a **inovação** e a **formação**.

As experiências destacam a vitalidade da descentralização dos governos locais, para a apropriação local do plano de acção. As mesmas revelam ainda que a prevenção e mitigação, para além de evitar o impacto dos desastres, reduzem o risco de ocorrência.

Nos últimos anos, tem sido crescente a preocupação com a divulgação de boas práticas, para contribuir para a RRD de outras áreas geográficas. As experiências e resultados de sucesso permitiram reproduzir noutros territórios um modelo de gestão de riscos que surtiu efeitos positivos noutras comunidades. Esta replicabilidade visa alargar a intervenção a outros municípios da região, outras regiões do país, ou mesmo outros países. É com esta visão que a Oikos pretende, através da sua experiência de actuação no terreno, partilhar conhecimento e metodologias adoptadas que contribuíram para reforçar a capacidade de resposta das comunidades face a eventos naturais extremos, constituindo um contributo para o desenvolvimento sustentável.

⁴² PNUD (2007:107)

⁴³ ILO (2006:42)

Catítulo 2

2. Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento⁴⁴ dedicada à RRD

A **Oikos – Cooperação e Desenvolvimento** é uma organização portuguesa sem fins lucrativos fundada em 1988, internacionalmente reconhecida como sendo uma ONGD, a qual se define como uma organização ecuménica. Desde 1992 que lhe é reconhecido o título de Pessoa Colectiva de Entidade Pública e, dez anos mais tarde, ingressa no Conselho Económico e Social das Nações Unidas, com voto consultivo. A cooperação desenvolvida por esta ONGD, distintamente de inúmeras ONG, não se foca em países lusófonos, mas fundamentalmente em países da América Central, apesar de actuar igualmente noutros continentes.

A ONG traçou três directrizes gerais, as que são o motor do trabalho desenvolvido pela Oikos: a visão, missão e ambição. A sua **visão** foca-se num “mundo sem pobreza e injustiça onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global”⁴⁵. A sua **missão** é “erradicar a pobreza e assimetrias económicas e de conhecimento através do envolvimento e da co-responsabilização dos agentes sociais e do desenvolvimento de soluções sustentáveis”⁴⁶, conferindo o direito a uma vida digna. Por último, a sua **ambição** é “ser reconhecida como uma ONG internacional líder no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza”⁴⁷. Tendo em vista alcançar estas três directrizes, a Oikos tem-se vindo a destacar através da aquisição de competências em diversas características-chave de sucesso⁴⁸, como a experiência de terreno, transparência⁴⁹, parcerias e alianças estabelecidas, alcance de bons resultados, sólida aposta na comunicação, prestação de contas a todos os *stakeholders* envolvidos (desde parceiros a beneficiários e doadores), gestão de conhecimento e partilha do mesmo.⁵⁰

⁴⁴ ONGD

⁴⁵ Oikos (2011), in www.oikos.pt

⁴⁶ Oikos (2011), in www.oikos.pt

⁴⁷ Oikos (2011), in www.oikos.pt

⁴⁸ Fernandes (2010a)

⁴⁹ Por exemplo, através da publicação dos relatórios de contas, sustentabilidade e responsabilidade

⁵⁰ Consulte a Análise SWOT desta Organização. Ver Anexo IX

A sua intervenção estrutura-se a partir da elaboração de programas e projectos com diversas parcerias público-privadas, envolvendo desde doadores, financiadores, parceiros locais, a entidades auditoras, conferindo ainda especial ênfase aos seus beneficiários.

A Oikos, através dos seus projectos, aposta em três principais áreas de intervenção (interligadas e com continuidade entre elas)⁵¹:

- **Ajuda Humanitária/emergência**, que visa proteger e assistir a população mais vulnerável a um desastre ou possibilidade de ocorrência do mesmo e se prolonga por três fases: **a emergência, a reabilitação e a prevenção e preparação de desastres**;
- **Vida sustentável/desenvolvimento**, que visa promover uma vida mais sustentável e digna através do apoio às comunidades na minimização do risco ambiental, social e económico, pretendendo que estas sejam proactivas, liderem e se co-responsabilizem pelo seu processo de desenvolvimento. Esta intervenção pretende alcançar quatro objectivos, a promoção de **disponibilidade** de bens e recursos na comunidade de modo sustentável e contínuo, permitir **acessibilidade** aos mesmos de modo equitativo, incentivar a **utilização** eficazmente e, por último, o *empowerment* dos beneficiários;
- **Cidadania global/mobilização**, a qual incide em três esferas: o **bem comum**, a **Educação para a Cidadania Global** e a **influência pública**. O **bem comum** é fortalecido através da criação de redes e parcerias e concerne à responsabilidade por parte do cidadão e à transparência, *accountability* e prestação de contas das organizações. A **Educação para a Cidadania Global** pretende incrementar a consciencialização da opinião pública estimulando a proactividade, a responsabilidade e empenho e, para tal, actua-se em comunidades educativas, no mundo associativo e empresarial. Por último, as acções de **influência pública**, que através da consulta, diálogo e análise pretende dar voz às pessoas social, económica e ambientalmente mais desfavorecidas. Deste modo é



⁵¹ Oikos (2011), in www.oikos.pt

assumida uma postura mais proactiva em relação às políticas públicas. A intervenção ao nível das mesmas é desenvolvida através do estímulo a debates e troca de ideias, recomendações, controlo social, análise causal e consulta de documentação publicada referente às políticas públicas. O *lobbying* e a advocacia funcionam, assim, como ferramenta-chave de pressão social e política. Como último recurso, o confronto ou mesmo denúncia quando são postos em risco os direitos das comunidades mais vulneráveis.

A área da Acção Humanitária (AH) foca-se na transição de projectos de emergência a projectos de reabilitação e de RRD⁵² - e, deste modo, é possível passar da ajuda de emergência ao desenvolvimento das comunidades e reflectir as preocupações mais prementes da realidade local no âmbito das políticas públicas. Contudo, a sequência, momento de ocorrência e duração deste processo não é linear - varia de acordo com a realidade e nível de vulnerabilidade a riscos a nível local.

A organização tem grande peso interventivo a nível internacional, desenvolvendo actualmente projectos em Portugal, no Perú, Guatemala, Nicarágua, Honduras, Cuba, El Salvador, Haiti e Moçambique. Desenvolveu ainda projectos em Angola, Guiné-Bissau, Brasil, Chile, Uruguai, Timor Leste e na Indonésia. Independentemente da área e local de intervenção, a Oikos foca-se, em primeiro lugar, na **identificação das necessidades**, a partir das quais são definidas **estratégias de modo participativo**, envolvendo a população local no processo de discussão, planeamento e tomada de decisão.

A nível nacional os projectos focam-se fundamentalmente na **cidadania global** e abordam diversos temas cruciais para sensibilização pública, tendo em vista uma vida mais sustentável, tais como a promoção da utilização de energias renováveis, o cumprimento das metas dos ODM, a redução da pobreza, o combate ao tráfico humano, entre outros. Assim, destacam-se projectos como; “Energy 4 life”, “Cinema Documental ODM”, “Energizing Development”, “Concurso Europeu – 20º aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças”, “(Es)forçadas e (des)iguais – Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral”, “Mostra ODM” e a Campanha “Pobreza Zero”.

O presente Relatório de Estágio resulta da realização de um estágio desenvolvido nesta Organização, durante o qual a estagiária esteve inserida na equipa de projectos. O

⁵² Tratando-se de um processo sequencial

Relatório focar-se-á fundamentalmente nos projectos no âmbito da preparação e prevenção de desastres (designados DIPECHO) conceptualizados e implementados pela Oikos em **El Salvador**, uma vez que esta é uma das áreas cruciais de actuação da Oikos nos últimos anos.⁵³

Deste modo, é possível analisar a metodologia aplicada pela Oikos a projectos de RRD em El Salvador, e torna-se possível, através da partilha de conhecimento e transparência, apostar na replicação de projectos nesta área de intervenção, adaptando-os a outras áreas geográficas. Para tal, analisaremos primeiramente o que é um projecto DIPECHO bem como as directrizes pelas quais se rege.

2.1 Programa DIPECHO, da ECHO

No domínio da RRD, o investimento assume um carácter prioritário nas áreas da **educação, sensibilização pública, reforço institucional, capacitação** (técnica e *empowerment*) e **divulgação**, para preparação local e minimização do impacto perante a ocorrência de tal fenómeno. Assim, ainda é recorrente muitos países, especialmente países em desenvolvimento, não serem auto-suficientes neste domínio, tanto por falta de disponibilidade financeira⁵⁴ para o efeito como por desadequadas coordenação, articulação de políticas implementadas e disponibilidade de informação à população.

Neste contexto, tendo em vista a prevenção de conflitos no contexto da Ajuda Humanitária, os EUA e a **União Europeia** são os principais doadores. O Departamento de Ajuda Humanitária e Protecção Civil, da CE- ECHO, actua desde 1992 e desde então financiou a ajuda a milhares de vítimas tanto de desastres naturais como crises fora da Europa. Em 1996, a ECHO desenvolveu políticas de preparação de desastres assentes em três pilares essenciais: advocacia, o Programa DIPECHO e *mainstreaming*.

O Programa DIPECHO dedica-se especialmente ao financiamento de projectos e iniciativas no âmbito da preparação, mitigação e prevenção de desastres, incidindo em comunidades em situações vulneráveis. Os DIPECHO promovem a **redução de**

⁵³ Tal como é possível verificar no gráfico apresentado no **Anexo X**, nos últimos 5 anos a prevenção e preparação de desastres revelou-se o sector de intervenção da Oikos que assume maior peso, tendo chegado a mais de 200.000 pessoas, aproximadamente 44.000 famílias.

⁵⁴ Uma limitação frequente é o facto de o orçamento para o efeito ser reduzido visto ser frequentemente canalizado para a ajuda humanitária de carácter de emergência (de actuação imediata após a ocorrência de um desastre), para além do reduzido tempo de execução que é concedido para realização de um projecto.

desastres naturais através do **fortalecimento** tanto das **capacidades locais** como dos **recursos** nas áreas de maior vulnerabilidade. Deste modo, é incrementada a **consciencialização** dos decisores políticos e da comunidade local no que concerne às políticas integradas de RRD inseridas nas políticas de desenvolvimento regionais a longo prazo.

Os **Projectos DIPECHO** são implementados por ONG, Agências das Nações Unidas, organismos de estados membros e outros organismos internacionais que dominam na área de RRD. Os planos de acção regionais, alinhados com o Quadro de Acção de Hyogo, são desenvolvidos em seis principais regiões: Asia Central, Sudeste Asiático, Ásia do Sul, Comunidade Andina de Nações⁵⁵ e América Latina e Caraíbas.

Os Projectos são desenhados para execução até **15 meses**, com possibilidade de prolongamento, caso justificado. O financiamento é obtido através da Comissão Europeia e o co-financiamento pela organização implementadora e/ou IPAD. Estes assumem especial enfoque nas vertentes de **gestão local de riscos** (treino, exercícios de simulação, capacitação, sistema de alerta precoce, comunicações via rádio, mapeamento), **ligações institucionais** (reforço institucional, advocacia, promoção da coordenação), **informação, educação e comunicação** (apostando na consciencialização pública, pesquisa e disseminação) e o **investimento em serviços e infra-estruturas de pequena escala**.

Esta metodologia interventiva incide em países que apresentam elevado nível de exposição a desastres e baixa capacidade de resposta aos mesmos. A ECHO coordena os planos de acção de modo a maximizar coerentemente resultados nas várias regiões, promovendo a preparação de RRD através da transversalidade de metodologias adoptadas com sucesso. Os projectos incidem na mitigação em pequena-escala, adoptam políticas *bottom-up* e zelam pela coordenação e proximidade entre as várias organizações parceiras e a comunidade local, actores estatais e não-estatais.

A Oikos-Cooperação e Desenvolvimento tem vindo a intervir neste domínio, tendo-se iniciado no Perú e, posteriormente, em El Salvador e Moçambique. Cada uma destas áreas geográficas tem definidos planos de acção estratégicos de acordo com a realidade local.

⁵⁵ Trata-se do bloco económico sul-americano constituído pela Bolívia, Perú, Equador e Colômbia. Anteriormente o Chile e a Venezuela também pertenceram a este bloco.

Na América Central são ainda implementados programas e projectos financiados pela DG Relex, nomeadamente através de convocatórias públicas internacionais lançadas pela EuropeAid ou de convocatórias públicas locais lançadas pelas Delegações da CE. Estas delegações suportam as iniciativas regionais dos programas de desenvolvimento, nomeadamente no que respeita à redução da vulnerabilidade e utilização sustentável dos recursos disponíveis, especialmente da água. Os projectos da Oikos, da Fundación Salvadorenha para la Promoción Social y el Desarrollo Económico (FUNSALPRODESE), da Oxfam e Procomes, que operam na América Central procuram articular-se com os planos municipais e micro-regionais de resposta para a gestão e redução de riscos de desastres das Comissões da Protecção Civil, contribuindo para o reforço das mesmas e o desenvolvimento a médio/longo prazo. Os planos municipais de El Salvador foram elaborados com o apoio dos projectos financiados pelos DIPECHO em zonas de actuação da Oikos. Nesta região, a Oikos e a FUNSALPRODESE não só contribuíram para a elaboração de planos municipais como para a organização e autonomização de Comissões Municipais de Protecção Civil. O Estado, por sua vez, tem vindo a investir neste sector e a captar mais fundos da comunidade internacional.

2.2 DIPECHO em El Salvador

2.2.1 Realidade Salvadorenha

El Salvador é um país densamente povoado comparativamente com outros países circundantes. Enquanto a zona costeira é plana, o seu interior é montanhoso. De acordo com dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2010⁵⁶ é habitado por cerca de 6,2 milhões de pessoas, sendo que 64,3% vivem em zonas urbanas, 6% em zonas degradadas e 13% vivem sem acesso a serviços essenciais como água e saneamento. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) salvadorenho é de 0,659, considerado IDH médio, tendo aumentado significativamente uma vez que em 1980 ser de apenas 0,456. O PNUD concluiu ainda que, numa média anual por milhão de pessoas, entre 2000 e 2009 foram afectadas por desastres naturais 39,965 milhões de pessoas. Aliás, historicamente, desde a sua fundação como espaço colonial espanhol, em 1525, que se regista a ocorrência de vários fenómenos naturais que conduzem a

⁵⁶ PNUD, 2010

população a iniciar novo processo de reconstrução. Estima-se ainda que 30,7% da população se encontre abaixo do limiar de pobreza, factor este intrinsecamente associado ao impacto directo dos desastres na população, no seu modo de vida e economia. Para além de que “a pobreza estrutural, a degradação ambiental e a crescente concentração populacional têm aumentado crescentemente a vulnerabilidade da população face às ameaças climáticas e geológicas.”⁵⁷ Trata-se, no entanto, de um dos países com economia mais rica e diversificada da América Central, embora bastante dependente das condições atmosféricas.

Este país está dividido em 14 departamentos, organizados por zona ocidental, oriental e paracentral. O departamento de Auachapán⁵⁸, predominantemente rural, situa-se na zona ocidental, parte costeira norte e encontra-se entre os cinco mais pobres do país, com 354.578⁵⁹ habitantes. A sua economia incide fundamentalmente na pecuária e agricultura, nomeadamente de café, frutas, grão e hortaliças e é uma zona de elevada vulnerabilidade multi-ameaças, conduzindo à implementação de DIPECHO.

2.2.2 Implementação de DIPECHO em El Salvador

A ocorrência do furacão Mitch, em 1998, que afectou a América Central, foi decisivo para a definição, por parte da Oikos, de uma estratégia de intervenção na região. A primeira representação da Oikos na América Central foi estabelecida no sul das Honduras, em 1998. Deste então, tem havido sempre presença física desta organização na região. Em El Salvador intervem fundamentalmente desde 2001, em resposta a um terramoto. Os DIPECHO executados pela Oikos têm tido lugar no departamento de Auachapán, focando-se em diferentes áreas micro-regionais de intervenção. Este departamento foi identificado como uma zona de elevada vulnerabilidade multi-ameaças⁶⁰, a qual assume maior impacto face à vulnerabilidade socio-económica da

⁵⁷ CE/Oxfam Solidariedade (sem data), P.1

⁵⁸ Ver **Anexo XI**, que apresenta o mapa político de El Salvador, onde está destacado o Departamento de Auachapán

⁵⁹ Oikos, in www.oikos.pt

⁶⁰ Tal como é possível verificar nos **Anexos XII e XIII**, o Departamento de Auachapán, é muito susceptível a inundações e deslizamentos de terra, encontrando-se as próprias infra-estruturas bastante expostas ao risco.

população causada pelos baixos níveis de escolaridade, salariais, de acesso a saúde e infra-estruturas físicas adequadas.

Reconhecendo-se a fragilidade das políticas de desenvolvimento local, bem como da escassa capacidade de resposta das comunidades, actores locais e municipais para adoptar uma gestão de riscos adequada, os projectos da Oikos procuram investir em modelos de desenvolvimento planeados e instaurados com os agentes locais, adoptando-se a **gestão dos riscos** focada em estratégias de prevenção, preparação e resposta multi-ameaças. Estes projectos obtêm co-financiamento do Departamento de Ajuda Humanitária da CE (ECHO) e regem-se pelos Planos de Acção Centro-Americana. São desenvolvidos em coordenação com a FUNSALPRODESE. Em termos de colaboração, trata-se de projectos bastante abrangentes a vários níveis, de modo a alcançar os resultados pretendidos - colaboram desde organismos supranacionais como o Centro de Coordenação para a Prevenção dos Desastres Naturais na América Central (CEPREDENAC), instituições responsáveis pelo Sistema Nacional como a Direcção Geral de Protecção Civil (DGPC), instituições e ONG que trabalham na área de RRD como a Oxfam, a *Asociación de Proyetos Comunales de El Salvador* (PROCOMES), o Centro Regional de Informação de Desastres (CRID), organismos internacionais como a EIRD e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), organismos supranacionais como o CEPREDENAC, organizações integradas no Sistema de Integração Regional como o CRID, organizações de integração regional como o Conselho Centro-Americano do Ambiente e Desenvolvimento (CCAD) e o Conselho Regional de Recursos Hidráulicos (CRRH), os sectores da educação, ambiente, saúde, entre outros, Instituições académicas, o Serviço Nacional de Estudos Territoriais (SNET), as Câmaras microregionais, as comunidades e, por último, a ECHO, principal financiador, e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), com co-financiamento. Deste modo, a gestão local de riscos é assegurada a vários níveis organizativos, tal como prevê a Lei Nacional de Protecção Civil.

Para dar início à elaboração de um projecto, a Oikos realiza, em primeiro lugar, um estudo de diagnóstico, no qual são identificados os riscos e necessidades/problemas, são avaliadas as vulnerabilidades socio-económicas das comunidades, bem como a capacidade de resposta aos mesmos. As diversas entidades salvadorenhas, públicas e privadas a vários níveis, bem como a comunidade local, são envolvidas activamente através de diversas dinâmicas como *workshops*, encontros inter-institucionais,

seminários, tertúlias, conferências, campanhas de sensibilização, formação, entre outras, assumindo o papel de colaboração ou mesmo coordenação no que concerne a determinadas áreas de actuação.⁶¹

Antes da implementação dos DIPECHO, o Departamento de Auachapán apresentava problemas estruturais, organizacionais e de comunicação, tais como⁶²:

- Ausência de mecanismos de comunicação e coordenação eficazes para dar resposta às catástrofes prontamente;
- Inexistência de um sistema organizado de evacuação face a fenómenos extremos;
- Fraca organização e trabalho em parceria e coordenação a nível municipal, de modo a responder adequadamente a um evento extremo;
- Fragilidade das capacidades institucionais a vários níveis, nomeadamente locais e departamentais;
- Carência de profissionais com conhecimentos de gestão de riscos para capacitar a população.

O referido panorama afectava avassaladoramente a vida da população salvadorenha, constituindo um entrave marcante na RRD. Tal reconhecimento foi o ponto de partida para se iniciar o processo de implementação do DIPECHO V, 1º DIPECHO da Oikos em El Salvador, tendo em vista melhorar as infra-estruturas, organização e capacitação, resultando no reforço da capacidade local de resposta nas áreas mais expostas a desastres naturais por parte das comunidades mais vulneráveis. Durante a implementação deste, encontrava-se em execução um projecto na área de Segurança Alimentar; “Soberanía alimentaría”⁶³, da Agencia Espanõla para la Cooperación Internacional⁶⁴.

⁶¹ Por exemplo, o SNET no Sistema de Alerta Precoce, as escolas na educação/divulgação formal e diversas ONG na mitigação de desastres.

⁶² Republica de El Salvador/Protección Civil (2008:14)

⁶³ Republica de El Salvador/Protección Civil (2008:14)

⁶⁴ AECI

2.2.2.1 DIPECHO I da Oikos em El Salvador

O projecto “Sistema Regional de Informação, Monitorização e Alerta Precoce na Micro-região sul de Auachapán”, Vº DIPECHO, Iº da Oikos, teve 16 meses de duração, tendo sido executado entre Fevereiro de 2007 e Junho de 2008 nos Municípios de San Francisco Menéndez, Jujutla, San Pedro e Guaymango que, dada a natureza geográfica, geológica, hidrológica e de localização da micro-região são caracterizados como sendo bastante susceptíveis a **deslizamentos** em várias micro-regiões, mais especificamente em 1982⁶⁵ e particularmente em São Pedro Puxtla em 2005, **inundações** em vários anos -1934, 1982, 1985, 1998, 2005 e 2006⁶⁶e, por último, **secas e incêndios florestais**⁶⁷. Verificaram-se ainda, embora sem impactos tão acentuados, eventos não abrangidos por este programa DIPECHO, como ventos fortes, contaminação ambiental e terremotos - em 2001. A micro-região é rodeada por cerca de 30 rios, os quais tendem a causar inundações no período das chuvas fortes, provocando deslizamentos. A frequência e intensidade das catástrofes levou o SNET a destacar esta micro-região como a área de maior risco do país e, dada a falta de capacidade de resposta, a mais afectada.

O Programa DIPECHO, através do primeiro projecto de RRD da Oikos em El Salvador, tem o **objectivo geral** de “contribuir para uma melhor preparação ao nível da comunidade e redução do impacto das inundações e deslizamentos de terra sobre as famílias mais vulneráveis na região sul de Auachapán, El Salvador”⁶⁸. Para tal, o **objectivo específico** delineado incidiu na criação de um sistema micro-regional de informação, coordenação e resposta rápida a inundações e deslizamentos, o Centro micro-regional de informação, monitorização e alerta precoce (CEMIMAT), tendo sido criada uma base de dados para promover a capacidade de resposta e o levantamento das necessidades específicas.

Para alcançar o objectivo específico definido foram traçados quatro **resultados** que se pretendem alcançar em quatro áreas distintas, os quais envolvem actividades específicas. Através da capacitação e equipamento das Comissões Municipais do Sistema Nacional de Protecção Civil, das Comissões Municipais do SNPC, brigadas de

⁶⁵ Republica de El Salvador/Protecção Civil (2008:8)

⁶⁶ Republica de El Salvador/Protecção Civil (2008:8)

⁶⁷ Mackliff (2009:44)

⁶⁸ Oikos (2008:1), “Single Form – Logical Framework Matrix”

salvamento, *workshops* de gestão de risco a nível micro-regional e desenvolvimento de um plano de gestão de desastres em relação a cada município e da remodelação de equipamentos para abrigos a nível municipal foram alcançados quatro resultados: **(1)** “Reforçada a capacidade institucional em gestão de riscos nos 4 municípios da micro-região”⁶⁹, incidindo este primeiro na capacitação e infra-estruturas adequadas.

Posteriormente, **(2)** o reforço da capacidade de preparação face a desastres pelas comunidades foi atingido através da formação e treino das Comissões Nacionais da Protecção Civil a nível da comunidade, brigadas de emergência a nível comunitário, e equipamento das mesmas.

O estabelecimento do CEMIMAT em zonas de elevado risco de inundação e deslizamentos - **(3)** - advém da montagem do equipamento do CEMIMAT, treino de técnicos na utilização e processamento de informação social e física na base de dados da micro-região para a identificação de cenários de risco a inundações e deslizamentos, instalação da estação telemétrica meteorológica, sete pluviómetros para monitorizar o SAP, treino e equipamento de redes de monitorização local, teste e simulações do SAP, planos de evacuação, desenvolvimento de *workshops* para os stakeholders e sistematização do CEMIMAT.

Por último, após estar em funcionamento o CEMIMAT, é pretendida a discussão e divulgação dos resultados do projecto a nível regional e nacional – **(4)**. Para isso, apostou-se na disseminação do projecto através de *workshops* e via online. Em coordenação com a CEPRODE, realizaram-se encontros entre técnicos regionais da CEPREDENAC, dos Estudos Territoriais da América Central e Caraíbas e outras organizações de RRD, foi realizado um encontro consultivo em colaboração com os parceiros do projecto, no qual a Oikos é co-organizadora e, finalmente, a participação em encontros a nível regional organizados pela ECHO, que reúnam os doadores, decisores e a UE.

Deste modo, este projecto teve um custo de cerca de 335 mil euros e beneficiou cerca de 47.613⁷⁰ pessoas a vários níveis, para realizar as actividades mencionadas⁷¹.

⁶⁹ Oikos (2008), “Single Form – Logical Framework Matrix”, P.5

⁷⁰ Oikos (2007), P.2

⁷¹ A amplitude do projecto permitiu ter vários níveis de beneficiários, tal como é possível verificar no **Anexo XIV**.

2.2.2.2 DIPECHO II da Oikos em El Salvador

O projecto “Sistema multi-ameaças de Informação, Coordenação e Resposta a desastres naturais na Micro-região Centro de Auachapán, em El Salvador” deu continuidade ao projecto já implementado na micro-região sul. Este segundo DIPECHO da Oikos foi executado entre Janeiro 2009 e Março de 2010 nos municípios de Auachapán, Tachuba, Concepción de Ataco e Apaneca. A micro-região centro apresenta uma grande diversidade de ameaças - deslizamentos, sismos, erupções vulcânicas, ventos fortes, secas e inundações, nomeadamente o terramoto de 2001, inúmeras cheias entre 1982 e 2005 e o deslizamento de terras de 2005⁷².

Face a este cenário, a par da fraca capacidade de resposta a nível da comunidade, foi identificada a necessidade de implementação de um projecto multi-ameaças de melhoria de coordenação e da capacidade local de resposta nas comunidades mais vulneráveis. Este projecto multi-institucional foi coordenado pela Oikos e a Oxfam Solidaridad e teve como parceiros os *Geólogos Del Mundo*, a Funsalprodes, a Cruz Vermelha, escolas locais, a Comissão Departamental da Protecção Civil, Associações de Desenvolvimento Comunitário (ADECOS), Unidades de saúde e ONG locais.

O **objectivo geral** deste projecto é a contribuição para redução da vulnerabilidade das comunidades mais vulneráveis nesta micro-região, sendo o **objectivo específico** a melhoria da capacidade de informação, coordenação e resposta rápida a desastres naturais.

Tendo em vista converter as cinco fragilidades locais identificadas no que concerne a RRD em **resultados**, soluções de optimização do sistema de informação, coordenação e resposta rápida e eficaz foram determinados os seguintes procedimentos⁷³: (1) A estrutura local e nacional de resposta revela-se insuficiente e o SNET tem informação pouco pormenorizada para monitorização de ameaças, não existem mecanismos de recolha, análise, arquivo, monitorização e comunicação de ameaças a vulnerabilidades. Dadas as circunstâncias, foi implementado o Centro Micro-regional de Informação e Monitorização Multi-ameaça (CEMIMM), os seus técnicos receberam formação relativa

⁷² Oikos (2008:3)

⁷³ Oikos (2008:6-13)

ao tratamento e transmissão da informação, foi estabelecido um SAP com abrangência micro-regional, em coordenação com o SNET foi facultada formação, equipamento e treino para a rede de monitores multi-ameaças e foi realizado um mapa multi-ameaças a nível micro-regional.

Perante a falta de recursos e capacidades das comunidades para enfrentar os desastres (2) a rede de monitores é devidamente equipada, formada, em coordenação com o SNET, é instalado um sistema de comunicação (via rádio) e coordenação entre Comissões a nível Municipal da micro-região de Auachapán e são desenvolvidos planos de resposta a nível comunitário.

A falta de preparação e articulação dos Municípios com as estruturas de resposta a nível departamental e nacional (3) foi solucionado através da organização de Comissões Municipais da Protecção Civil, do fornecimento de equipamento e capacitação das mesmas, do estabelecimento de quatro Centros de Operações de Emergência (COE) e respectivos planos municipais e departamentais e inclusão de actividades de RRD nos planos municipais.

A escassez de informação e sensibilização da população sobre gestão de riscos (4) é combatida através de campanhas de sensibilização ao nível da comunidade, da elaboração, publicação e divulgação de ferramentas, metodologias, lições aprendidas e sistematização relativamente ao projecto e a projectos anteriores bem sucedidos.

Por último, para minimizar a fragilidade das infra-estruturas de apoio à RRD (5) estas foram reabilitadas, re-equipadas com material necessário de RRD e foram sinalizadas rotas de evacuação.

Assim, o referido DIPECHO teve cerca de 400 mil euros de custos, tendo posteriormente beneficiado 42.431 pessoas a vários níveis⁷⁴.

⁷⁴ Ver **Anexo XV**, que indica o número de beneficiários por cada grupo de beneficiários.

2.2.2.3 DIPECHO III da Oikos em El Salvador

O projecto “Integração da Dimensão da Bacia Hidrográfica nos Sistemas de Informação, Comunicação e Resposta aos Desastres Naturais no Departamento de Auachapán, El Salvador” é o mais recente projecto de RRD da Oikos nesta área geográfica. Teve início em Outubro de 2010 e está previsto terminar em Fevereiro de 2012. Este DIPECHO é, dos três implementados até então, o mais abrangente, realizando-se na micro-região sul (nos Municípios de Guaymango, San Francisco Menéndez, Jujutla e San Pedro Puxtla), na micro-região centro (nos Municípios de Auachapán, Apaneca, Ataco e Tacuba) e na micro-região norte (nos Municípios de San Lorenzo, Atiquizaya, El Refugio e Turín).

A região abrangida pelo projecto apresenta uma elevada vulnerabilidade a diversos eventos naturais extremos, nomeadamente os já mencionados nos projectos anteriores – inundações, terremotos, deslizamentos de terras, sismos, erupções vulcânicas, secas e ventos fortes. Cerca de metade dos municípios do departamento de Auachapán são identificados⁷⁵, segundo o Documento de País, como prioridade 1, tendo os DIPECHO anteriores constituído contributo central para que os restantes sejam identificados como prioridade de nível 2.

Contudo, o risco de ocorrência de desastres como terremotos, deslizamentos e inundações revela-se ainda elevado a nível municipal e comunitário, sendo crucial reforçar a capacidade de preparação de desastres (PD). Este terceiro DIPECHO no departamento de Auachapán incide especialmente no estuário do Rio Paz, uma vez que esta área geográfica encontra-se ainda muito exposta a risco de desastres. “Devido à natureza hidrográfica e topográfica do sistema de bacias do rio na área, a micro-região central tornou-se uma zona de recarga de águas subterrâneas, onde as estações de chuva intensa podem causar inundações nos locais mais baixos das bacias⁷⁶”, enfatizando os riscos de deslizamentos e inundações. Este projecto visa desenvolver uma operação mais abrangente incidindo no sistema de bacias hidrográficas nas micro-regiões norte, centro e sul de Auachapán, de modo a melhorar a mitigação e preparação de desastres nesta zona, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades mais vulneráveis,

⁷⁵ Oikos (2010:4)

⁷⁶ Oikos (2010:3)

objectivo geral deste projecto. Tal objectivo será alcançado através do **objectivo específico** – “o fortalecimento e harmonização do Sistema Micro-Regional de Alerta Precoce, com uma abordagem do sistema da bacia hidrográfica⁷⁷”.

A partir da avaliação de necessidades da realidade em questão desenvolveram-se actividades com a finalidade de combater os três problemas identificados, visando alcançar três **resultados**⁷⁸: **(1)** Face à falta de capacidade local para monitorizar a bacia do rio, desenvolvimento de um estudo hidrográfico de gestão integrada das bacias, através da instalação um sistema de monitorização das novas bacias hidrográficas, formação dos monitores, de desenvolvimento de planos operacionais juntamente com a DGPC, SNET, CEMIMAT e CEMIMM, da formação e simulações das Comissões e a nível comunitário (melhorando a sustentabilidade do SAP a nível comunitário), produção e partilha de informações relevantes sobre os riscos no departamento e actualização destes no Sistema Nacional de Saúde e junto da ECHO e seus parceiros.

Apesar das comunidades estarem dotadas das capacidades básicas de preparação e resposta face a um desastre localizado, estas não são suficientes para o caso de uma ocorrência de maior magnitude ou área de afectação **(2)** e, para reforçar as capacidades de resposta e preparação das comissões departamentais e municipais e integrar novas Comissões de SAP a nível comunitário, a estratégia foca-se no reforço das capacidades das Comissões Municipais e Departamentais da Protecção Civil através de formação, fortalecimento de infra-estruturas (gestão de abrigos de grande dimensão) e metodologias, constituição de equipas de bombeiros, desenvolvimento de planos de resposta de emergência a implementar nos 12 municípios e integração de todos os sectores a todos os níveis na PD.

A falta de preparação para resposta face à ocorrência de desastres na micro-região centro e sul é o último problema identificado **(3)**, um local probabilidade de ser atingido em horário escolar, daí que se confira ênfase à capacitação de alunos e professores e elaboração de planos de protecção da comunidade escolar, tornando os jovens agentes de mudança.

⁷⁷ Oikos (2010:9)

⁷⁸ Oikos (2010:4-11)

É pretendido ainda que a sistematização de ferramentas e lições aprendidas seja partilhada no *workshop* DIPECHO Centro-Americano, bem como na celebração do Dia Mundial da Redução do Risco de Desastres, na campanha do EIRD.

O presente projecto, ainda a decorrer, terá um custo de cerca de 400 mil euros e estima-se que venha a beneficiar 50,841 pessoas dos vários sectores envolvidos⁷⁹.

2.6 Considerações finais relativas aos DIPECHO executados pela Oikos em El Salvador

Num período de cerca de cinco anos a Oikos implementou três projectos DIPECHO no Departamento de Auachapán, tendo-se a intervenção iniciado com o DIPECHO V (1º da Oikos) e estando de momento a decorrer o que está previsto ser o último DIPECHO neste departamento. A continuidade destes projectos foi pensada com a finalidade de **consolidação e transcendência** dos projectos, que inicialmente se focaram na micro-região sul e foi sendo alargada a área e dimensão da intervenção, tendo até então abrangido a micro-região sul, centro e norte do departamento de Auachapán.

Tendo em consideração a curta duração de cada projecto, bem como o financiamento limitado, a estratégia de continuidade, aumentando a abrangência geográfica dos projectos, é um método que produz resultados *in loco* uma vez que cada projecto incide numa micro-região, desenvolvendo uma intervenção à escala local e, por isso, resultados mais efectivos que acentam no *empowerment* das comunidades, equipamento, fortalecimento das Comissões e outras Instituições de RRD e implementação de Sistemas de Informação, Coordenação e Alerta Precoce, contribuindo significativamente para a resiliência da população. O trabalho ao nível micro-regional, inovação dos referidos DIPECHO, constitui uma inovação na América Central e revela-se um conceito de êxito que aposta na coesão social.

Contudo, para que os objectivos sejam alcançados, é vital a **inserção dos projectos nas prioridades políticas e comunitárias**. É central ainda o envolvimento de técnicos, políticos e da própria comunidade. E, por último, ter em consideração alterações de

⁷⁹ Tal como é possível verificar no Anexo XVI, no qual são distinguidos os vários grupos de beneficiários.

governo e funcionários municipais de modo a não comprometer a continuidade e sustentabilidade dos projectos e evitara duplicação dos mesmos.

Os projectos contam ainda com auditorias externas e acompanhamento de técnicos da sede da Oikos em Lisboa, bem como a elaboração de relatórios financeiros e narrativos para monitorização do projecto.

É pretendido ainda, após o término de cada projecto, investir na replicabilidade dos mesmos em outras áreas geográficas, a partir dos exemplos de sucesso. E, para sustentabilidade dos projectos, projecta-se que os municípios canalizem uma percentagem do seu orçamento para iniciativas coordenadas tendo em vista a RRD⁸⁰.

⁸⁰ Constituindo uma estratégia para minimizar os impactos de eventual mudança ao nível das políticas.

Conclusão

A ocorrência de desastres naturais tem vindo a ser combatida através do novo paradigma de redução do risco de desastres, que promove uma **cultura de prevenção**, dado estes limitarem o desenvolvimento através da indução à pobreza, aceleração das alterações climáticas de alcance mundial e práticas ambientais desadequadas, crescimento populacional e injustiça social, gerando-se, assim, maior vulnerabilidade nas sociedades. Neste quadro, a redução de vulnerabilidades aos desastres traduz-se numa medida de adaptação às alterações climáticas e num requisito importante para o desenvolvimento sustentável e mais equitativo.

Uma política de RRD norteada por directrizes integradas nas políticas públicas de cooperação à escala internacional tornam a acção mais organizada, eficaz e económica⁸¹. Assim, para prevenir e mitigar os riscos de desastres é indispensável actuar a partir das causas dos riscos na micro-região em causa, nomeadamente através da melhoria dos mecanismos institucionais, especialmente os sistemas de informação, coordenação e SAP, adequação a nível de planeamento e gestão do território. Para isso, é vital o investimento em esforços coordenados, o reforço permanente das capacidades de RRD a vários níveis – desde regional a comunitário-, a solidificação de sinergias mais estreitas e inclusivas entre instituições, o envolvimento no sector privado na RRD, melhor canalização e eficácia da APD e maior partilha de informação, conhecimentos e boas práticas de modo permanente⁸². Tal implica maior responsabilização por parte dos diversos agentes envolvidos. As autarquias assumem um papel decisivo no desenvolvimento de políticas locais de promoção da RRD. As políticas municipais funcionam como instrumento de política global através do planeamento e execução de actividades.

Partindo dos pontos-chave para o desenvolvimento de boas práticas na área de RRD, é então possível concluir que os DIPECHO implementados pela Oikos em El Salvador revelam ter alcançado os objectivos a que se propuseram nos três principais eixos de

⁸¹ Comparativamente com as operações de reconstrução, para além do facto de um país ou região regredir anos quando afectado por um evento natural extremo quando as comunidades não têm capacidade de resposta perante o mesmo.

⁸² Nomeadamente através de publicações de guias práticos e outros manuais por parte das ONGD, workshops, seminários, conferências, tertúlias e reforço da partilha/divulgação de instrumentos, lições aprendidas, recomendações e limitações através dos sites oficiais de RRD e redes sociais.

intervenção, definido como prioridades no Plano de Acção de Hyogo: **fortalecimento institucional, educação e conhecimento**. Os projectos foram delineados, juntamente com a comunidade e, partindo da realidade e necessidades locais e revelam-se sustentáveis, tanto pelo *empowerment* da população, como pela utilização mecanismos multi-sectoriais de RRD e sistemas de informação, coordenação e SAP integrados nos municípios e padronização de modelos de operação a partir do centro municipal de emergência. Em trabalho no terreno, técnicos da Oikos sede concluíram que estes sistemas e metodologias estão enraizados no dia-a-dia da população não apenas no domínio de RRD mas é utilizada ainda como ferramenta de divulgação de informação e comunicação, o que revela a sustentabilidade dos mesmos após o término dos projectos, devido à necessidade destes na vida quotidiana das pessoas, para além da importância que assumem face a desastres.

Contudo, estes projectos apresentam também algumas limitações, as quais a Oikos procurou contornar da melhor forma possível: tendo **duração** máxima de 17 meses a alternativa para o tornar eficiente é planejar a sua continuidade através de outros DIPECHO, com alargamento geográfico de intervenção. A aprovação de DIPECHO de maior duração permitiria uma intervenção mais contínua, mais abrangente e estrutural, facultando tempo para a formação da capacitação da população, promovendo mudanças mais substanciais e que abranjam grupos de pessoas menos envolvidas como a comunidade estudante e pessoas socialmente excluídas. O valor do **financiamento**, apesar de transparente, é altamente dependente das actividades planeadas no plano aprovado, não permitindo melhorias ou re-adaptações ao longo da execução do projecto, assumindo o planeamento um peso central no sucesso do mesmo. Para que os DIPECHO produzam os resultados pretendidos é importante que se foquem numa micro-região.

A componente de gestão do risco é um contributo para a sustentabilidade dos projectos uma vez que através da **institucionalização adequada de RRD, envolvimento das comunidades, informação, comunicação e educação, formação e investigação** se promove a consciencialização e co-responsabilização, apostando-se na descentralização do poder. O compromisso político, por sua vez, reforça a aplicação e monitorização do modelo de gestão de desastres e a prática do planeamento participativo reduzirá os riscos de modo substancial. Em suma, a sustentabilidade de um projecto depende de

dois factores vitais: **vontade política** e **reforço da comunidade**. Caso tal não se verifique, é identificado um risco para a continuidade do projecto. O mesmo se aplica em relação à obtenção de financiamento após o término do projecto, que é obtido através do interesse e apropriação políticas e das comunidades e utilização de capacidades técnicas e de estrutura.

Deste modo, a **replicabilidade** do modelo de gestão de desastres noutras comunidades vulneráveis através da partilha de ferramentas e mecanismos de actuação é tangível após o termino de cada projecto, desde que reconhecidas boas práticas. Através da organização de ferramentas e informação relativa aos projectos são desenvolvidos guias práticos sobre RRD nos países centro-americanos, facultando mecanismos de actuação, aplicáveis em vários cenários de risco, um dos objectivos da EIRD, do CRID e dos DIPECHO e da Oikos.

A intervenção da Oikos em RRD beneficia cerca de 383.770⁸³ pessoas, sendo necessários apenas 93 euros por ano para a capacitação e obtenção de recursos de uma família vulnerável. Tal como defende Kofi Annah, “Construir uma cultura de prevenção não é fácil. Apesar de os custos da prevenção se pagarem no presente, os seus benefícios estão num futuro distante. Além do mais, não são tangíveis: são os desastres que não ocorrerão.⁸⁴” É, assim, premente investir hoje para um futuro mais seguro sendo, para isso, necessário ter capacidade de gerir o nosso território.

⁸³ Oikos (2007:139)

⁸⁴ Betencourt (2007:3), traduzido pela autora.

Bibliografia

ABDULA, Angela, TAELA, Katia (2005), *Avaliação das Capacidades de Gestão do Risco de Desastres*, Maputo, Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental/ Netherlands Climate Change Studies Assistance Programme

ADELMIR SA de CV-Assessores de Desenvolvimento Local e Gestão Integral de Riscos (2010), *Documento País. Plan de acción de DIPECHO*, San Salvador, CE/Oxfam/SNET/DGPC/Oikos

ALVES, José, CAVENAGHI, Susana (2008), “População e Desenvolvimento: a Terceira Transição Demográfica”, UNICAMP, Campinas – São Paulo

ARAÚJO, Carlos *et all* (2008), “Modelagem de risco para chuvas intensas em Santa Catarina: Previsão de eventos extremos no sul do Brasil”, Governo do Estado de Santa Catarina, Epagri, Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (apresentação)

BETANCOURT, Sandra, *et all* (2007), *Lineamentos para la Gestión del Riesgo en las Instituciones de Salud del Distrito Capital*, Bogotá-Colombia, Secretaria de Saúde

ECHO (sem data), *Disaster Preparedness and Prevention (DPP): State of play and strategic orientations for EC policy*, CE

CE (sem data), *El Salvador, Documento de Estrategia 2002-2006*, (sem local), CE

CE (2010), *Instructions and Guidelines for DG ECHO potential partners wishing to submit proposals for the Seventh DIPECHO action plan in Central America – Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá*, (sem local)

CE/Oxfam Solidariedad (sem data), *Sistematización de experiencias y lecciones aprendidas; DIPECHO VI*, (sem local e editora)

CEMIMAT (2008), *Manual de funcionamiento del Centro Microregional de Información, Monitoreo y Alerta Temprana-CEMIMAT*, El Salvador

CRID/DG ECHO (2009), *Catalogo de Herramientas en Preparativos para Desastres. Plan de acción DIPECHO VI (2009-2010)*, (sem local), CRID/OCHA/EIRD/CE

COSTA, Carlos (2008), *As Forças Armadas na Mitigação dos efeitos dos Desastres Naturais*, Tese de Mestrado em Segurança e Defesa Hemisférica, Colégio Inter-americano de Defesa /Universidade del Salvador Buenos Aires, Washington DC

CUMMINS, J. David (2009), *Catastrophe Risk Financing in Developing Countries: Principles for public intervention*, Washington, The World Bank

DIAS, Diana (2008), *As Catástrofes Naturais e o papel das ONG's: o caso específico dos Paramédicos de Catástrofe Internacional*, Relatório de Estágio em Relações Internacionais – ISCS-UTL, Lisboa

Disaster Risk Reduction for Sustainable Development in Africa (2004), *Guidelines for Mainstreaming Disaster Risk Assessment in Development*, (sem local), ISDR/UE/Nepad

DUPUY, Jean-Pierre (2006), “Ainda há catástrofes Naturais?”, in *Análise Social* Vol. XLI nº181, pp.1181-1196, Lisboa, ICS-Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

EHRHARD, Charles (2009), *Manual de Vulnerabilidade Climática e Análise da Capacidade (VCAC)*, Londres, CARE

ÉGAS, Harideva (sem data), “Análise de áreas de risco: uma abordagem geológica-geomorfológica”, Laboratório de Geologia-Universidade de Santa Catarina (UFSC), Apresentação mini-curso

ESTRELA, Edite (2010), *Documento de Trabalho; Prevenção de desastres naturais*, (sem local), Euro-Latin American Parliamentary Assembly/Comissão dos Assuntos Sociais, dos Intercambios Humanos, do Meio Ambiente, da Educação e da Cultura

GARRIDO, Carlos Alberto (2000), *Contribuição para o estudo da Economia das Catástrofes*, Tese de Doutoramento em Economia - Universidade da Beira Interior, Covilhã

JONSSON, Henrik (2007), *Risk and Vulnerability Analysis of Complex Systems*, Suécia, Tese de Licenciatura, Faculdade de Engenharia da Universidade de Lund

FAGEN, Patrícia (2008), *El Salvador: A case study in the role of the affected state in the humanitarian action*, Londres, Overseas Development Institute-ODI

FERNANDES, João José (2010a), *O papel da Oikos na Prevenção, Preparação e Redução do Risco de Catástrofes Ambientais. Estudo de caso: El Salvador*, Apresentação Dia Internacional da Redução do Risco de Desastres, Amadora, 13 de Outubro

FERNANDES, Joao José (2010), *O papel da Oikos na Prevenção e Redução do Risco de Catástrofes Ambientais. Estudo de caso: El Salvador*, Universidade Nova de Lisboa, 9 de Junho

FERNANDES, João José (2008), *Oikos, desafio de profissionalização de uma ONG: Gestão de mudança, responsabilidade perante os stakeholders*, Lisboa, 24 de Junho, apresentação no 2º Encontro de Parceiros Sociais

FURTADO, Paulo (2006), *A Missão das Organizações das Nações Unidas de estabilização do Haiti-Minastah e as Operações de Paz: Mudança de Paradigma?*, Tese de Mestrado em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Universidade de Coimbra Faculdade de Economia – FEUC, Coimbra

GUIMARÃES, Roberto, *et all* (2006), “As construções teóricas e técnicas em torno dos conceitos de emergência e desastre”, Brasília, 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, 8 a 10 de Junho

ILO-International Training Centre (2006), *A redução do risco de desastres: uma chamada para a acção*, nº3, IRD/ONU/EIRD

ISDR (sem data), *Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters*, (sem local), Nações Unidas

JHA, Abhas K, *et all* (2010), *Stronger Communities; A Handbook for Reconstructing after Natural Disasters*, Washington, The World Bank

MACKLIFF, Fiorella (2009), *Guía Metodológica para a sistematización estandarizada de información sobre preparativos ante desastres en la región centroamericana*, (sem local), EIRD/CRID

NAÇÕES UNIDAS (2010), *Local Governments and Disaster Risk Reductin: Good Practices and Lessons Learned*, ISDR/ITC/UNPD/UN

Oikos (2007), *Relatório de Responsabilidade Oikos 2006-2007*, Oikos

Oikos/FUNSALPRODESE (2008), *Atlas de la Microregión Ahachapán Sur: Proyecto “Sistema Regional de Información, Monitoreo, y Alerta Temprana en el Sur de Auachapán, El Salvador”*, CE

Oikos/FUNSALPRODESE (2008), *Historia de desastres de Ahachapan Sur*, San Salvador, Comissão Europeia

Oikos/IPAD (2008), *Implementação de um sistema multi-ameaça de coordenação e resposta a desastres naturais na micro-região centro de Auachapán*, IPAD

Oikos/FUNSALPRODESE (sem data), *Sistema Microregional de Información, Monitoreo y Alerta Temprana*, CE, Apresentação

PEDROSO, Ângela (2008), *Missões Humanitárias da Nato: a Resposta a Desastres Naturais*, Relatório de Estágio de Relações Internacionais – ISCSP-UTL, Lisboa

PNUD (2010), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*, Nova Iorque

PNUD (2007), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008: Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num mundo dividido*, PNUD, Nova Iorque, pp.73-107

PRASAD, Neeraj, *et all* (2009), *Climate Resilient Cities: A Primer on Reducing Vulnerabilities to Disasters*, Washintgon, The World Bank

Republica de El Salvador/Protección Civil (2008), *Plan Microregional de Protección Civil, Prevención y Mitigacion de Desastres*, El Salvador, CE/Oikos/FUNSALPRODESE

RODRIGUES, Teresa (2009), *Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Desastres: Investir hoje para salvar amanhã*, IVª Conferência Comemorativa Dia Internacional Redução Risco Desastres, Lisboa, Faculdade de Ciências e Humanas UNL-FCSH, 14 Outubro

SOUSA, Silvia (2007), *Intervenção Humanitária em situação de Catástrofe*, Tese de Mestrado em Risco, Trauma e Sociedade ISCTE-IUL, Lisboa

TABUTIN, D., THILTGLÉS, E. (1992), “Relations entre croissance démographique et environnement. Du Doctrinal à l’empirique”, *Revue Tiers Monde XXXIII*, Nº130, Abril-Junho

THE WORLD BANK (2006), *Hazards of Nature , Risks to Development: An IEG Evaluation of World Bank Assistance for Natural Disasters*, Washington, The World Bank/IEG

TOMINAGA, Lúgia *et all* (2009), *Desastres Naturais: Conhecer para Prevenir*, São Paulo, Instituto Geológico

UNITED NATIONS (2009), *Risk and Poverty in a Changing Climate: Invest today to a safer tomorrow*, Nova Iorque, Nações Unidas

WORLD BANK (2010), *Natural Hazards, Unnatural Disasters: The Economics of Effective Prevention*, Washington, The World Bank/The United Nations

Artigos

ALLIX, Grégoire (2010), “O homem transforma riscos naturais em catástrofes”, in *Le Monde*, Artigo de 30 de Agosto de 2010, disponível e consultado a 10 de Maio de 2011 em <http://www.esquerda.net/artigo/%E2%80%9Cco-homem-transforma-riscos-naturais-em-cat%C3%A1strofes%E2%80%9D>

ATIQ, Rahman, HUQ, Saleemul (2005), “Vulnerability, Adaptation and Climate Disasters: a Conceptual Overview”, in *Análise Social* Vol. XLI nº4 pp.1-14, Reino Unido, Institute of Development Studies-IDS

EIDR/NU (2005), “Desenvolvendo a Redução de Desastres” in *Redução de Desastres em África*, EIDR Informes, 5ª edição, Dezembro 2005, pp.1-68

GRANJO, Paulo (2006), “Quando o conceito de «risco» se torna perigoso”, in *Análise Social* Vol. XLI nº181, pp.1167-1179, Lisboa, ICS

MAGALHÃES, Gregory (2008), “Catástrofes Climáticas Mundiais. Contra-indicações das ações humanas ou ordem natural?”, (sem local e editora)

ZÊZERE, José Luís, “Riscos e Ordenamento do Território”, in *Inforgeo*, Julho 2007, Alverca, SIG-Sistemas de Informação Geográfica, pp. 59-63, disponível e consultado a 17 de Março de 2011 em http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforgeo_20&21/Inforgeo%2020&21%20Paginas_059_063.pdf

YAMIN, Farhana, *et all* (2005), “Vulnerability, Adaptation and Climate Disasters: A Conceptual Overview”, in *IDS Bulletin* Vol 36 nº4, Instituto de Estudos do Desenvolvimento

YODMANI, S. (2001), “Disaster Risk Management and Vulnerability Reduction: Protecting the Poor”, Paper apresentado no Banco de Desenvolvimento Asiático Forum da Ásia e Pacífico sobre a Pobreza, disponível em <http://www.adpc.ait.ac.th/adpc-documents/PovertyPaper.Pdf>

Outros documentos

Oikos (2008), “Single Form for Humanitarian Aid Actions: Implementation of a multi-threat system for information, coordination and response to natural disasters, in the Micro region Centre of Auachapán, El Salvador”, Lisboa/El Salvador, CE/Oikos

Oikos (2010), “Single Form for Humanitarian Aid Actions: Integration of a river-basin approach in the Information, Communication and Natural Disaster Response Systems in the Auachapán Department, El Salvador”, Lisboa/El Salvador, CE/Oikos

Oikos (2007), “Single Form for Humanitarian Aid Actions: Regional System for Information, Monitoring and Early Early System in the Micro-region South of El Salvador”

Oikos (2008), “Single Form – Logical Framework Matrix” (DIPECHO V), Lisboa/El Salvador, CE/Oikos

Oikos (sem data), “Projecto *Implementação de um sistema de informação multi-ameaça, para coordenação e resposta a desastres naturais na Micro Região Centro de Auachapán, Relatório Final do Projecto*”, IPAD/Oikos

Consulta de Sites

<http://www.beta.undp.org/undp/en/home.html>

http://crid.or.cr/ing_index.shtml

<http://www.eird.org/index-esp.html>

http://ec.europa.eu/echo/index_en.htm

<http://www.funsalprodese.org.sv/>

<http://www.odi.org.uk/>

www.oikos.pt

<http://www.preventionweb.net/english/>

<http://www.procomes.org/>

<http://www.proventionconsortium.org/>

<http://reliefweb.int/>

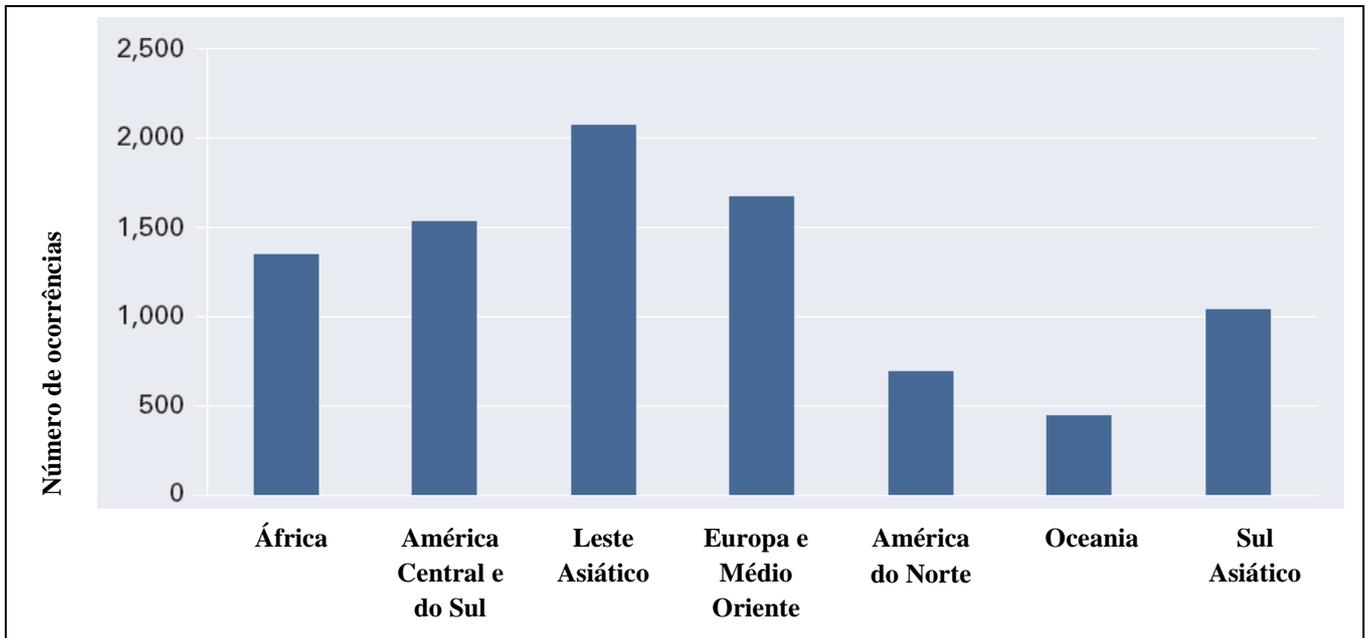
<http://www.sica.int/cepredenac/>

<http://www.snet.gob.sv/>

<http://www.unisdr.org/>

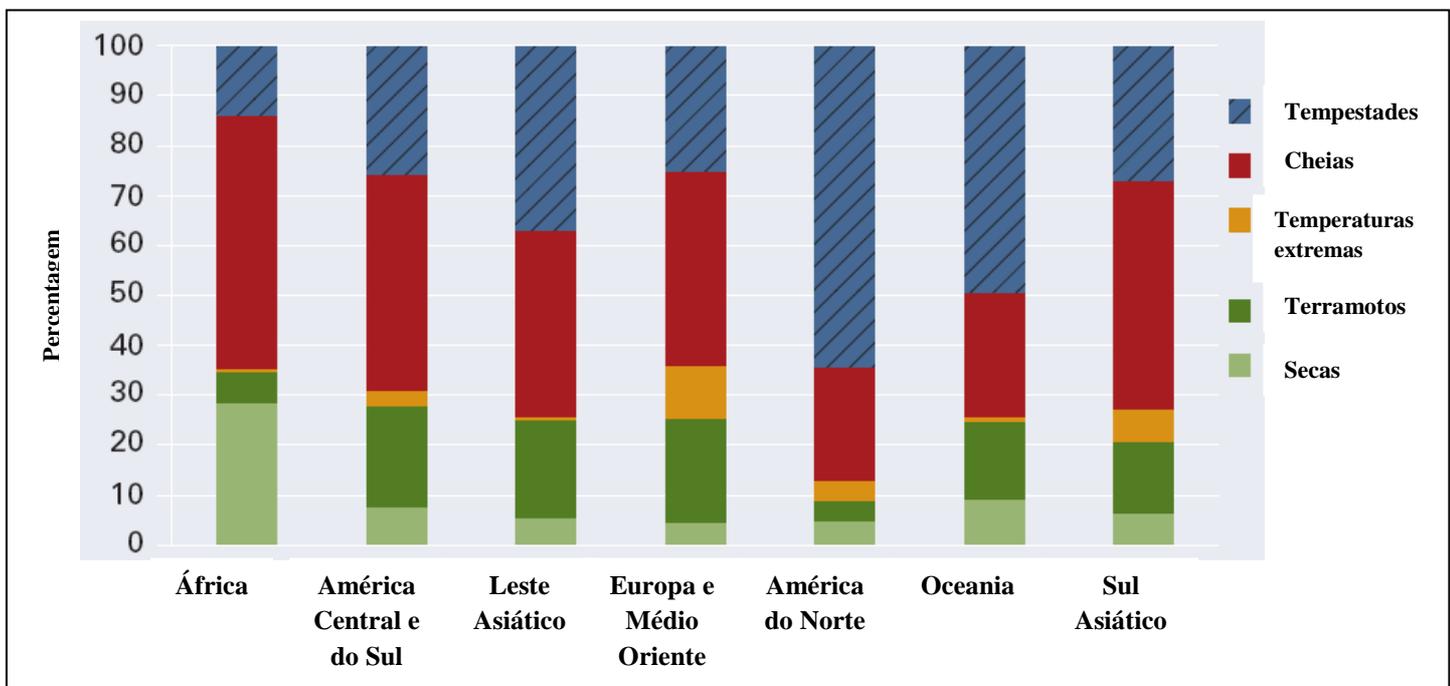
ANEXOS

Anexo I. Ocorrência de desastres naturais no mundo



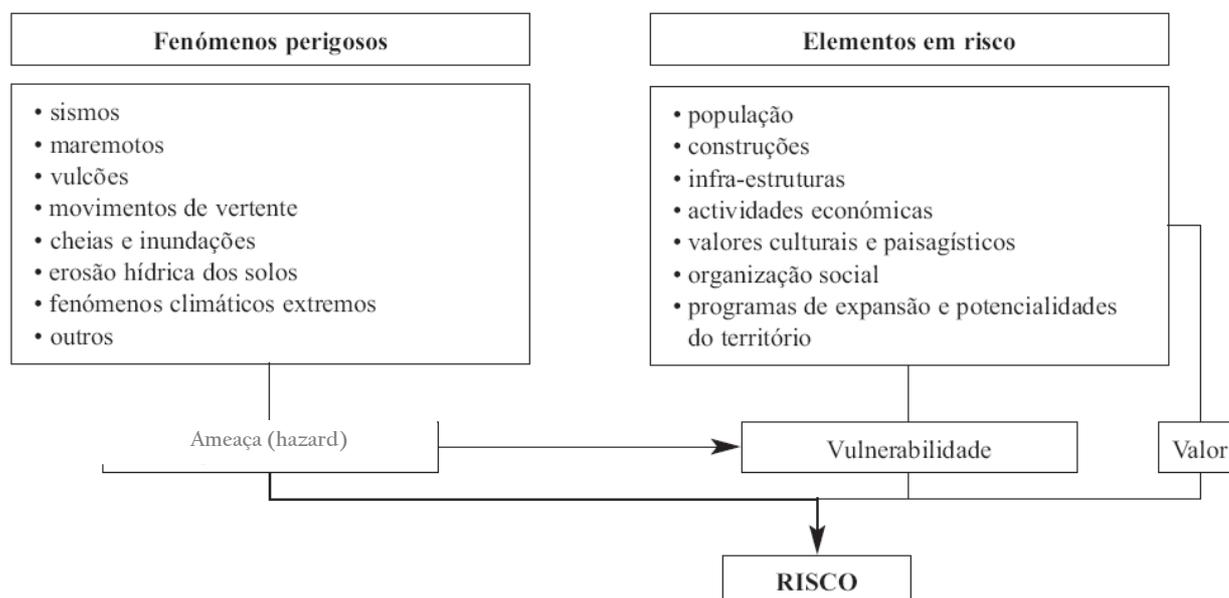
Fonte: Banco Mundial em EM-DAT/CRED in Banco Mundial (2010), P.28

Anexo II. Diversidade de desastres naturais nas várias regiões num período de 40 anos (1970-2010)



Fonte: Banco Mundial em EM-DAT/CRED in Banco Mundial (2010), P.28

Anexo III. Modelo conceptual de risco (adaptação de Panizza, 1990)



Fonte: José Luís Zêzere, (2007), P. 61, adaptação própria

Anexo VI. Política Nacional de El Salvador, aprovada em 2005

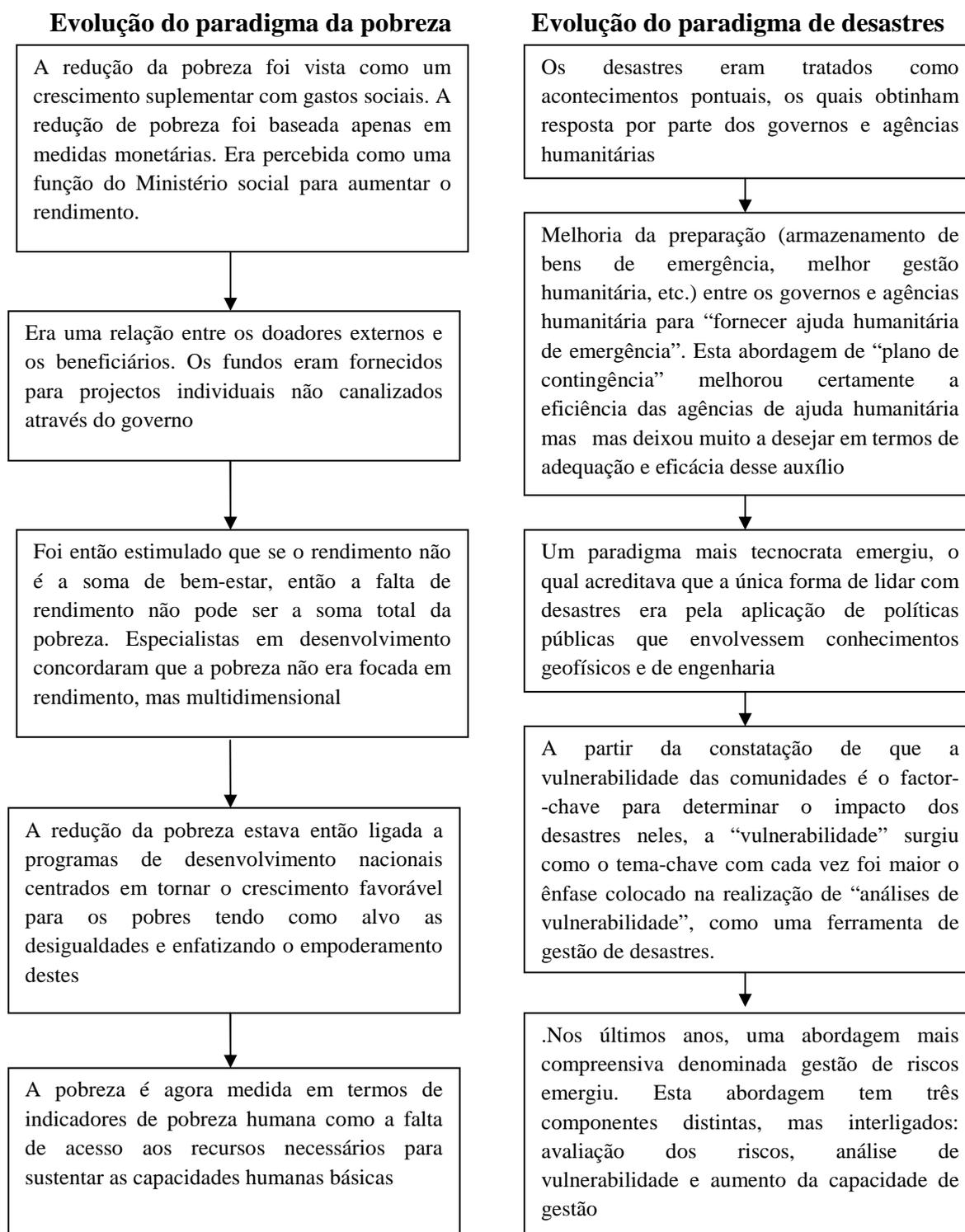
Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC) estabeleceu como principais objectivos:

- I. Integrar, nos planos de desenvolvimento, a gestão dos riscos em matéria de desastres;
- II. Elaborar e coordenar planos e acções para educar e informar a população sobre a necessidade de se preparar adequadamente para possíveis desastres de qualquer origem;
- III. Elaborar e actualizar os mapas de risco em cada nível organizativo do sistema, assim como elaborar os respectivos planos operacionais;
- IV. Desenhar e executar planos de protecção civil para responder ao acontecimento de um desastre de qualquer natureza, procurando mitigar os danos e reduzir o impacto;
- V. Partilhar informação e conhecimento entre os integrantes do SNPC e divulgar oportunamente entre a população informação útil para a prevenção, mitigação, preparação e atenção aos desastres.

O SNPC é estruturado em diferentes níveis (Comissões Comunal, Municipal, Departamental e Nacional).

Fonte: Fernandes, João José (2010), Apresentação Protecção Civil Amadora: *O papel da Oikos na Prevenção, Preparação e Redução do Risco de Catástrofes Ambientais. Estudo de Caso; El Salvador*

Anexo IV. Evolução, em paralelo, dos paradigmas de pobreza e desastres



Fonte: Yodmani, S. (2001), P.484⁸⁵

⁸⁵ Traduzido para Português, pela autora, a qual assume responsabilidade

Anexo V. Quadro de Acção 2005-2015 da Declaração de Hyogo

Objectivos Estratégicos

1. Integração das RRD nas políticas de desenvolvimento sustentável e de planificação;
2. Desenvolver e consolidar o conceito de resiliência face aos perigos;
3. Integrar sistematicamente abordagens metodológicas de RRD nos programas de emergência e de resposta aos desastres;

Resultados esperados

Promover a redução de perdas de vidas humanas, de bens e de recursos ambientais nas comunidades /nações;

5 Prioridades de Acção para 2005-2015;

1ª Prioridade de Acção: Dimensão Política;

Garantir que a RRD seja uma prioridade nacional e local, tendo por base uma forte base institucional;

- Criação de Plataformas Nacionais para RRD;
- Introduzir legislação para apoiar a RRD;
- Integrar a RRD nas políticas de desenvolvimento e planificação;

2ª Prioridade de Acção: Dimensão Científica;

Identificar, avaliar e monitorizar os riscos e otimizar os sistemas de aviso prévio

3ª Prioridade de Acção: Dimensão social;

Recorre ao conhecimento, à tecnologia e educação para instaurar uma cultura de segurança e resiliência

4ª Prioridade de Acção: Dimensão de vulnerabilidades;

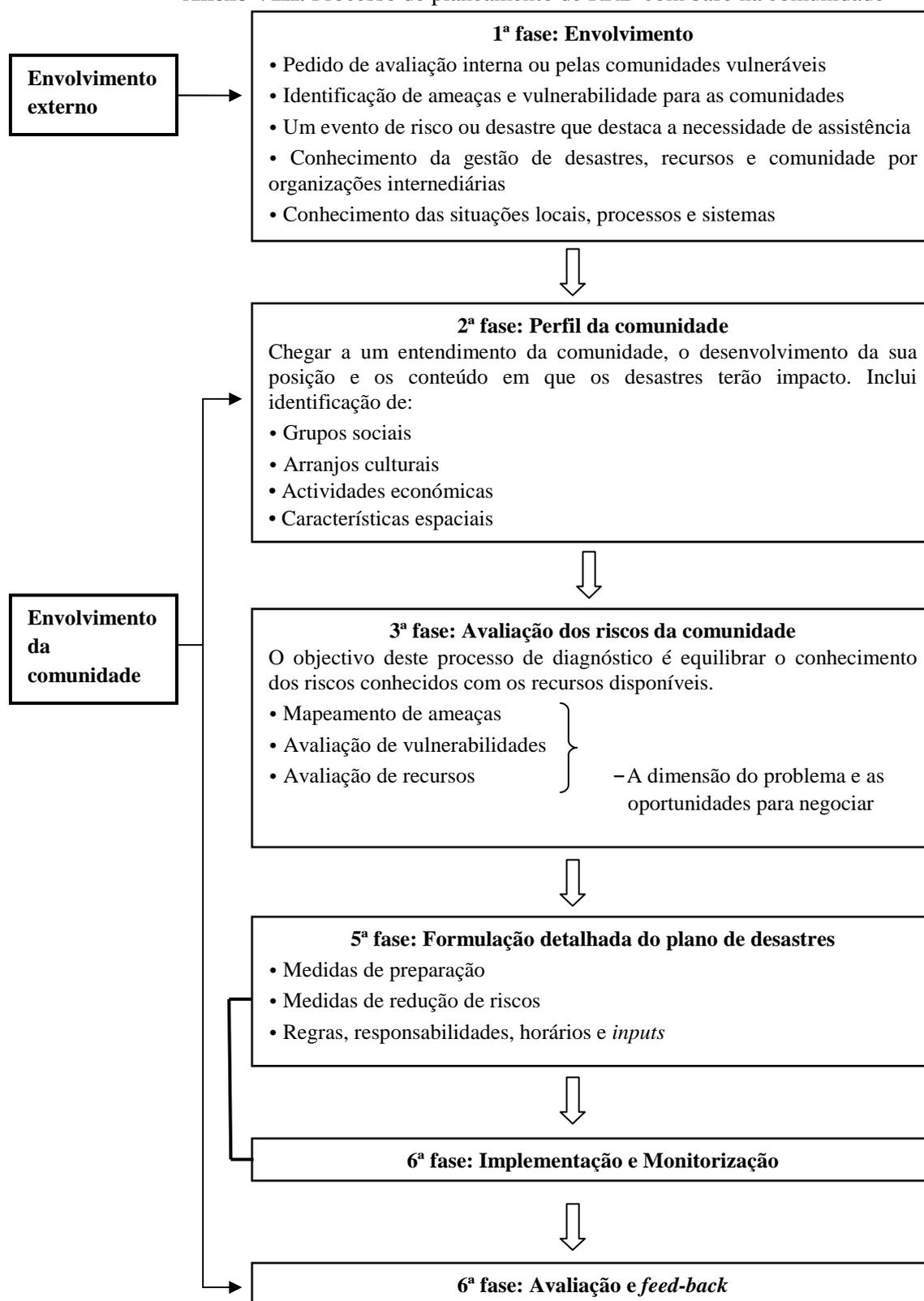
Reduzir os factores de risco subjacente (vulnerabilidades)

5ª Prioridade de Acção: Dimensão da Emergência

Reforçar a preparação de programas de emergência e de resposta efectiva em todos

Fonte; Rodrigues, Teresa (2009) Vº Encontro Nacional de Riscos; *Risco, Sociedade e Segurança*, Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa, 29 e 30 Maio

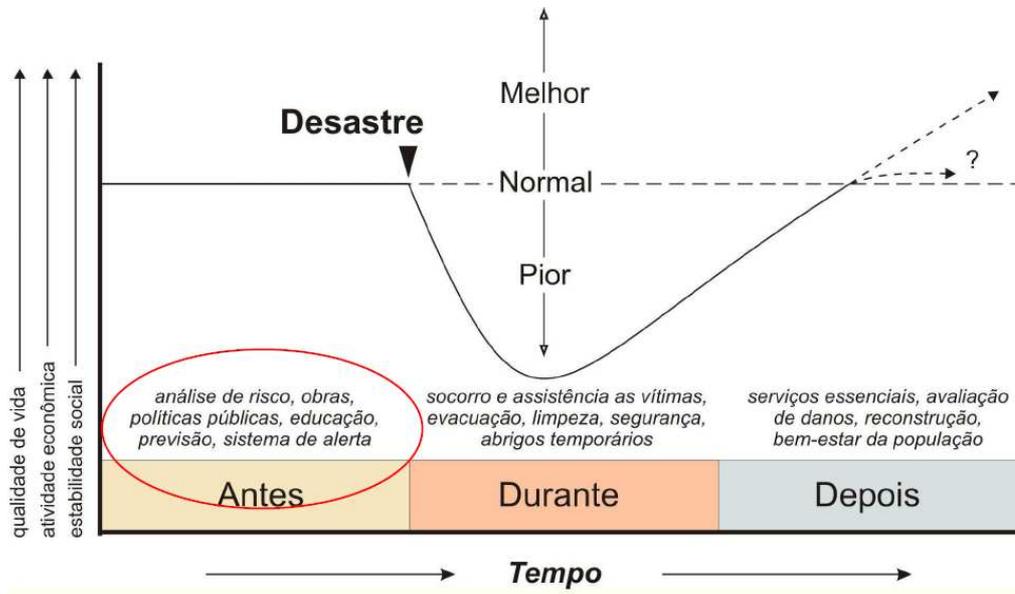
Anexo VIII. Processo de planeamento de RRD com base na comunidade



Fonte: Yodmani, S. (2001), P.484⁸⁶

⁸⁶ Traduzido para Português, pela autora, a qual assume responsabilidade

Anexo VII. Fases e medidas de Gestão do Risco de Desastre



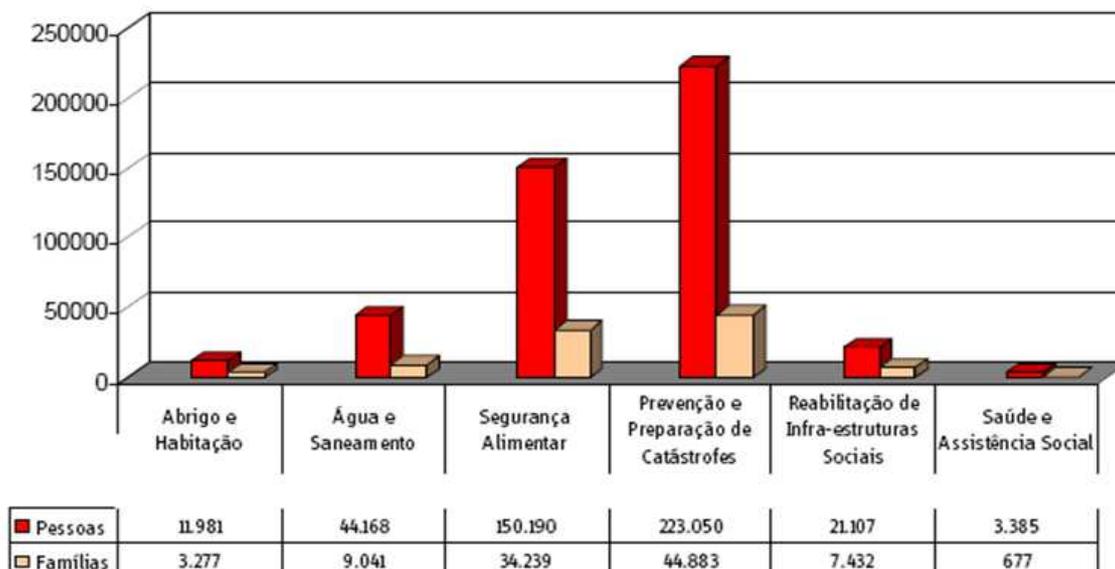
Fonte: Tobin e Montz (1997) in Harideva Égas (sem data) P.3

Anexo IX. Análise SWOT da Oikos

<p>pontos fortes strengths (+)</p> <ul style="list-style-type: none"> credibilidade institucional, idoneidade e transparência; presença, actividade e experiência efectiva no terreno; resultados junto dos beneficiários; capacidade de pressão e influência junto dos decisores políticos. 	<p>pontos fracos weaknesses (-)</p> <ul style="list-style-type: none"> falta de uma "identidade/foco estratégico" de diferenciação; falta de integração ao nível das intervenções e das áreas funcionais; ausência de um sistema de gestão integrada e de procedimentos transversais de gestão do conhecimento, da comunicação e de <i>fundrasing</i>.
<p>oportunidades opportunities (↗)</p> <ul style="list-style-type: none"> afirmação do sector privado como potencial parceiro estratégico; apetência por parte de parceiros internacionais para a colaboração com ONGD; emergência dos conceitos e práticas de responsabilidade social e ambiental, risco das alterações climáticas e desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis; nova leitura sobre a cooperação na globalização: diluição da relação Norte/Sul e afirmação de dinâmicas de desenvolvimento territorial/regional. 	<p>ameaças threats (↘)</p> <ul style="list-style-type: none"> pressão de inclusão no "Mercado Global", competitividade, identidade e retenção de talentos; pressão de resultados, impacto e soluções; <i>governance</i>, códigos de conduta ética, transparência, prestação de contas e <i>accountability</i>;

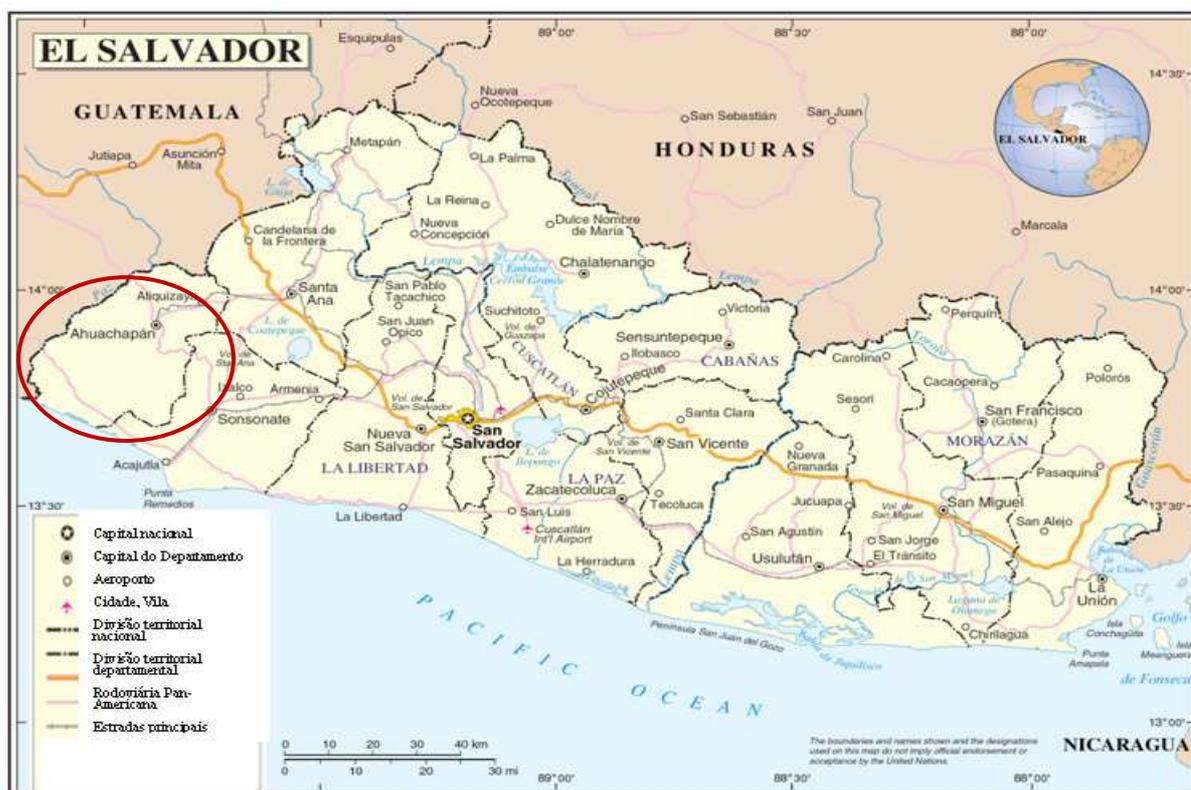
Fonte: Oikos (2007), P.47

Anexo X. A Ação Humanitária da Oikos entre 2005-2010, por sectores de intervenção



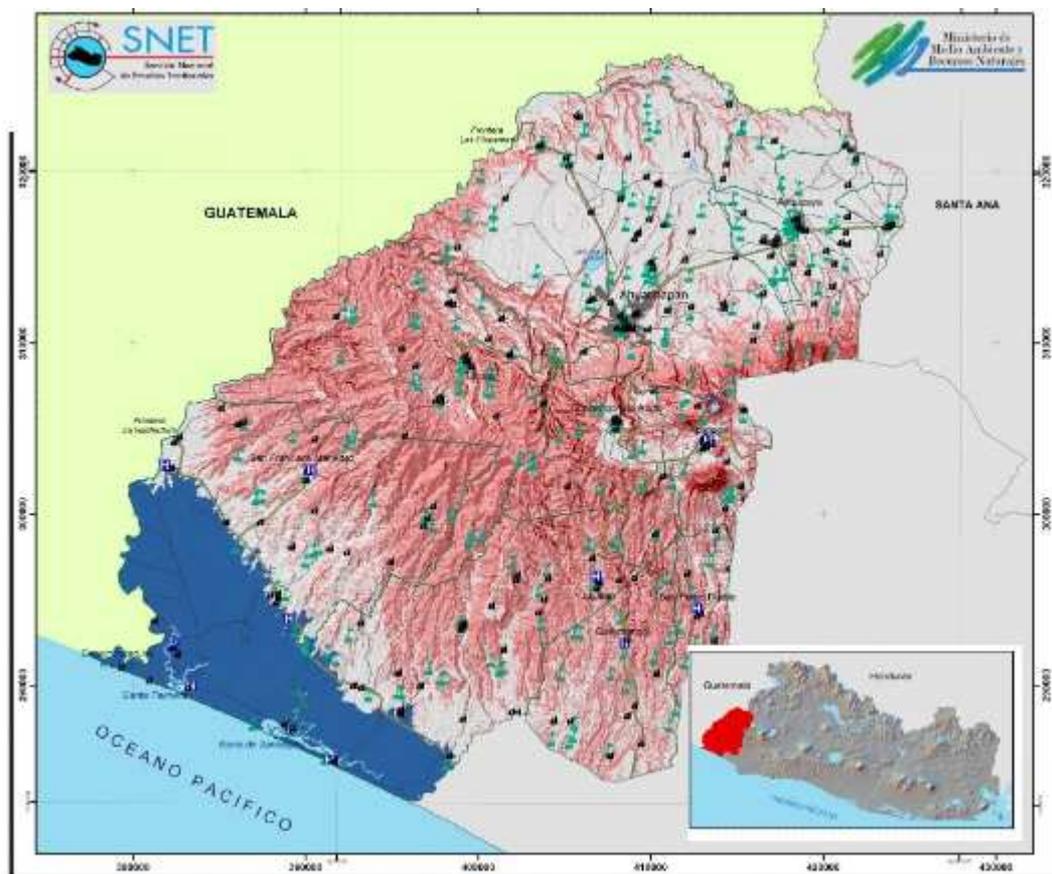
Fonte: Fernandes, João José (2010), *O papel da Oikos na Prevenção, Preparação e Redução do Risco de Catástrofes Ambientais. Estudo de caso: El Salvador*, P.9

Anexo XI. Mapa político de El Salvador, destaque para a localização do departamento de Auachapán



Fonte: Nações Unidas (Maio 2004), Secção Cartográfica, Departamento de Operações de Paz disponível online em http://www.vmapas.com/America/El_Salvador/Mapa_Politico_El_Salvador_2004.jpg/maps-pt.html?map_viewMap=1

Anexo XII. Exposição de infra-estruturas básicas a deslizamentos e inundações, departamento de Auachapán

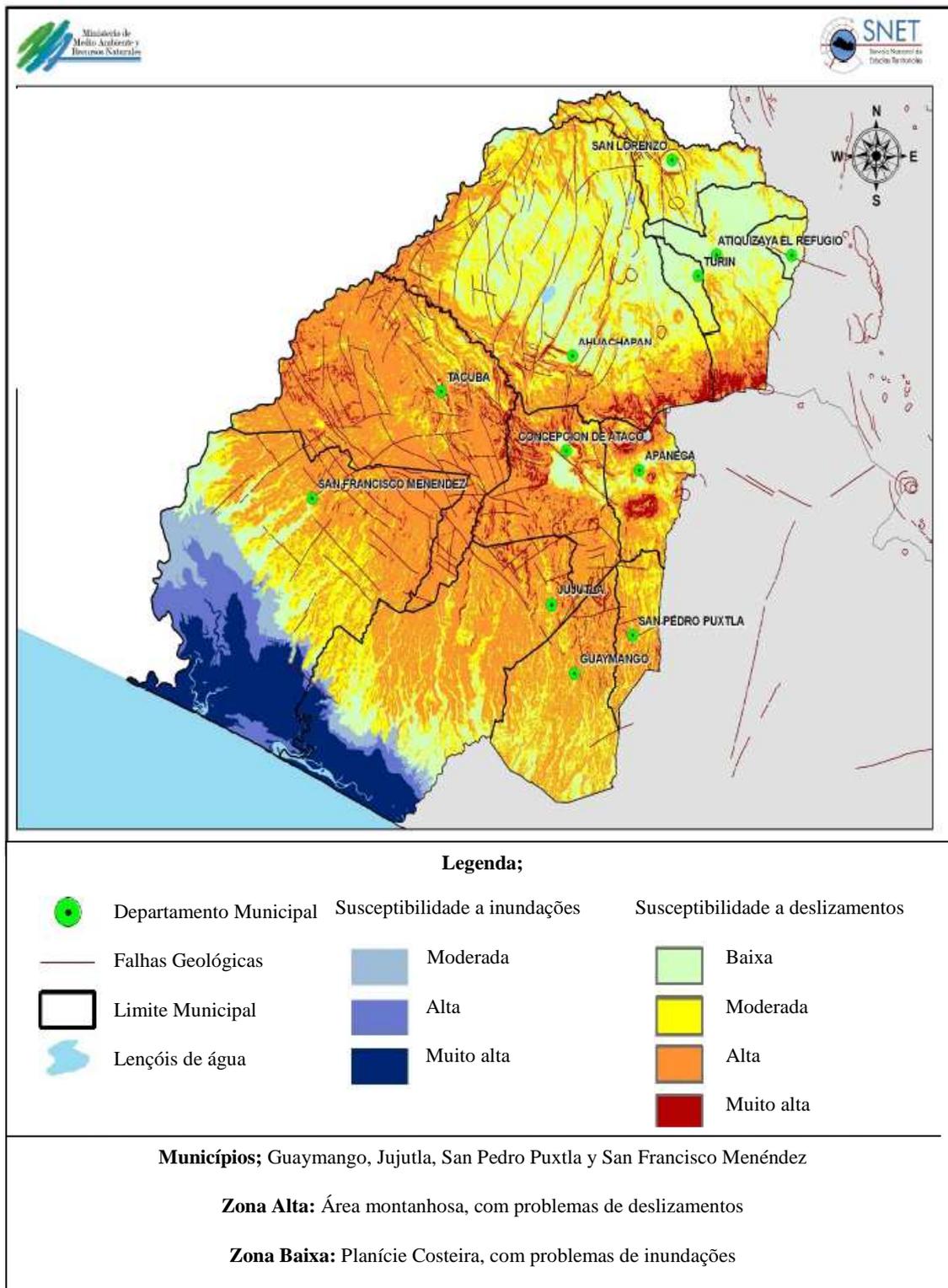


Legenda:

Simbologia	
Infra-estruturas	Susceptibilidade a Deslizamentos
Igrejas	Alta
Infra-estruturas de saúde	Muito elevada
Escolas	Susceptibilidade a inundações
Estradas principais	
Estradas melhoradas	
Áreas urbanas	

Fonte; SNET (2011), in http://www.snet.gob.sv/SRT/zoom/map.php?mapa=amenazas_ahuachapan%2F

Anexo XIII. Mapa multi-ameaças naturais (inundações e deslizamentos), departamento de Auachapán



Fonte; Oikos/CE/FUNSALPRODESE (sem data), *Sistema Microregional de Información, Monitoreo y Alerta Temprana* (apresentação)

Anexo XIV. Tipos de beneficiários do 1º DIPECHO da Oikos

Tipos de beneficiário	Número de beneficiários
População das Comunidades	46.414
A nível Municipal (Comissões e Brigadas)	173
Ao nível Comunitário (Comissões e Brigadas)	840
A nível micro-regional (Rede de Monitorização Local e técnicos micro-regionais)	36
A nível Nacional	60
A nível Regional	90
TOTAL	47.613 pessoas

Fonte: Oikos (2007), P.2

Anexo XV. Número de beneficiários por cada grupo de beneficiários

Número de beneficiários por cada grupo de beneficiários	
População Local	41.466
Comissão ao nível da Comunidade	750
Comissão Municipal	140
Monitores Multi-Ameaças	30
Técnicos micro-regionais, municipais e departamentais	20
Representantes a nível regional e nacional	25
Total	42.431

Fonte: Oikos (2008), P.9

Anexo XVI. Grupos beneficiários do DIPECHO VIII, 3º da Oikos

Grupo	Número de beneficiários
População local (total de 30 comunidades)	38,558
População local (população estimada das 24 comunidades que receberam treino pelas Comissões)	12
Comissão Comunitária dos membros da Protecção Civil	900
Monitores locais de ameaças	30
Estudantes e professores	10,889
Estudantes locais “multiplicadores”	120
Membros da Comissão Municipal de Protecção Civil	75
Formadores do Governo Local	30
Membros da Comissão Departamental da Protecção Civil	14
Delegados Municipais e Departamentais da Protecção Civil	14
Stakeholders nacionais e regionais	100
Funcionários locais do Ministério da Saúde	50
Total	50,841

Fonte: Oikos (2010), P.7

